



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE ABRIL DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Em declaração política, o Deputado [Michael Seufert](#) (CDS-PP) salientou diversas iniciativas levadas a cabo pelo Governo na área educativa e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Acácio Pinto](#) (PS), [Rita Rato](#) (PCP), [Ana Sofia Bettencourt](#) (PSD) e [Luís Fazenda](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Tiago](#) (PCP) insurgiu-se contra a política cultural do Governo, nomeadamente contra os cortes impostos nas diversas áreas, tendo, depois, dado resposta aos pedidos de esclarecimento colocados pelas Deputadas [Catarina Martins](#) (BE) e [Inês de Medeiros](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Ana Drago](#) (BE) criticou a política de concessões e privatizações levada a cabo pelo Governo e falou sobre a concessão dos Estaleiros Navais do Mondego. No final, respondeu a pedidos de

esclarecimento dos Deputados [Rita Rato](#) (PCP), [Ana Paula Vitorino](#) (PS), [Maurício Marques](#) (PSD) e [Hélder Amaral](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Cristóvão Simão Ribeiro](#) (PSD) recordou a aprovação, por unanimidade, de um projeto de resolução recomendando ao Governo a aprovação de normas para combate ao consumo das denominadas «novas drogas» e congratulou-se por o Governo, ao aprovar um diploma sobre esta questão, corresponder ao repto do Parlamento. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Barreto](#) (CDS-PP) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Em declaração política, a Sr.^a Deputada [Elza Pais](#) (PS) acusou o Governo por estar a desinvestir na ciência e alertou para os perigos que daí resultam para esse setor. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos

Deputados [Maria José Castelo Branco](#) (PSD) e Miguel Tiago (PCP).

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º do Regimento, o Deputado [Filipe Neto Brandão](#) (PS) lembrou o 40.º Aniversário do III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro e a sua importância na luta contra a ditadura e em defesa dos valores democráticos, ao que se associaram os Deputados [Maria Paula Cardoso](#) (PSD), [Raúl de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de resolução n.ºs 591/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo medidas de valorização dos serviços hospitalares do Centro Hospitalar do Oeste e do Hospital Termal das Caldas da Rainha (PSD e CDS-PP), 662/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a suspensão da reorganização hospitalar no Oeste e a criação de um grupo de trabalho que integre as autarquias locais e as associações de utentes (BE), 665/XII (2.ª) — Pela suspensão do processo de «reestruturação dos cuidados hospitalares» no Oeste e a defesa dos serviços e unidades hospitalares da Região (PCP) e 667/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que promova medidas tendentes à otimização dos cuidados de saúde hospitalares na Região Oeste Norte (PS). Intervieram os Deputados [Maria Conceição Pereira](#) (PSD), [Helena Pinto](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Paulo Pedrosa](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes) e [Manuel Isaac](#) (CDS-PP). No final, em interpelação à Mesa, a Deputada Maria Conceição Pereira (PSD) solicitou a distribuição de um comunicado do seu partido a propósito de declarações do Deputado João Paulo Pedrosa (PS).

Foram discutidos, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 352/XII (2.ª) — Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6% (BE), 381/XII (2.ª) — Revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro, rejeitando que a eletricidade e o gás natural estejam sujeitos à taxa máxima de IVA, recolocando-os na Lista I anexa ao Código do IVA, à taxa reduzida (Os Verdes) e 386/XII (2.ª) — Cria taxas de IVA de 6% aplicáveis aos consumos de eletricidade e de gás natural e revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro (PCP), conjuntamente com o projeto de resolução n.º 666/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que pondere a aplicação da taxa intermédia (13%) do IVA sobre a eletricidade e o gás natural (PS). Proferiram intervenções os Deputados Ana Drago (BE), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Paulo Sá](#) (PCP), [Hortense Martins](#) (PS), [Fernando Virgílio Macedo](#) (PSD) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Por último, foi debatido, na generalidade, o projeto de lei n.º 376/XII (2.ª) — Estabelece o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados de 1 de Janeiro, 25 de Abril, 1 de Maio e 25 de Dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96, de 20 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro (Os Verdes), tendo intervindo os Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Cláudia Monteiro de Aguiar](#) (PSD), [Rui Paulo Figueiredo](#) (PS), Ana Drago (BE), [Artur Rêgo](#) (CDS-PP) e [Jorge Machado](#) (PCP).

A Presidente ([Teresa Caeiro](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 14 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Cumprimento os Srs. Deputados, os Srs. Jornalistas e os Srs. Funcionários e peço aos Srs. Agentes de autoridade que abram as galerias.

Como hoje não há expediente para anunciar, vamos entrar diretamente na nossa ordem de trabalhos, cujo primeiro ponto consiste em declarações políticas. O segundo ponto será preenchido pelo debate conjunto dos projetos de resolução n.ºs 591/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo medidas de valorização dos serviços hospitalares do Centro Hospitalar do Oeste e do Hospital Termal das Caldas da Rainha (PSD e CDS-PP), 662/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a suspensão da reorganização hospitalar no Oeste e a criação de um grupo de trabalho que integre as autarquias locais e as associações de utentes (BE), 665/XII (2.ª) — Pela suspensão do processo de «reestruturação dos cuidados hospitalares» no Oeste e a defesa dos serviços e unidades hospitalares da Região (PCP) e 667/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que promova medidas tendentes à otimização dos cuidados de saúde hospitalares na Região Oeste Norte (PS).

De seguida, proceder-se-á ao debate, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 352/XII (2.ª) — Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6% (BE), 381/XII (2.ª) — Revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro, rejeitando que a eletricidade e o gás natural estejam sujeitos à taxa máxima de IVA, recolocando-os na Lista I anexa ao Código do IVA, à taxa reduzida (Os Verdes) e 386/XII (2.ª) — Cria taxas de IVA de 6% aplicáveis aos consumos de eletricidade e de gás natural e revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro (PCP), conjuntamente com o projeto de resolução n.º 666/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que pondere a aplicação da taxa intermédia (13%) do IVA sobre a eletricidade e o gás natural (PS).

Finalmente, apreciaremos, na generalidade, o projeto de lei n.º 376/XII (2.ª) — Estabelece o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados de 1 de Janeiro, 25 de Abril, 1 de Maio e 25 de Dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96, de 20 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro (Os Verdes).

Os Deputados que se inscreveram para proferirem declarações políticas são os seguintes: Michael Seufert, do CDS-PP, Miguel Tiago, do PCP, Ana Drago, do BE, Cristóvão Simão Ribeiro, do PSD, e Elza Pais, do PS.

Usará ainda da palavra, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, o Deputado Filipe Neto Brandão (PS).

Tem, pois, a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ontem discutimos aqui, pela mão do Partido Socialista, a censura ao Governo. A intenção de derrubar o Governo estava derrotada à partida, mas o debate serviu para perceber que o discurso do Partido Socialista está cheio de um vazio de alternativas políticas concretas que não saiam do plano das intenções. Aliás, não houve, nesse debate, sobre educação, nem no texto da moção, nem ao longo do debate, uma única palavra.

Essa ausência da parte do Partido Socialista acaba por se perceber, quando os principais *dossiers* que tinha deixado pendentes no setor da educação foram enfrentados pelo Governo com eficácia e resultados.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Foi, por exemplo, esta semana concluído o programa de agregações de escolas e agrupamentos de escolas. Tratou-se, recordamo-nos bem, de um processo longo, difícil e exigente que exigiu esforço nem tanto da parte do Governo mas sobretudo das autarquias e das escolas. É certo que, nas anteriores legislaturas, aqui nesta Câmara, discutimos várias vezes esse processo. E em boa hora o discutimos e em boa hora a nossa bancada apontou as deficiências do processo que o Partido Socialista estava a levar a cabo.

Protestos do Deputado do PCP Miguel Tiago.

Recordemos como o PS procurou impor as suas ideias, fazendo agrupamentos sem critérios, sem limites e sem ter em conta, sobretudo, o maior e superior interesse dos alunos.

Ora, este Governo optou por outro caminho: optou pelo diálogo, optou por critérios objetivos pelo combate ao isolamento das escolas, pela verticalidade e, sobretudo, pela racionalidade dos recursos. O processo assim conduzido e assim terminado esta semana revelou-se muito mais pacífico do que no passado e, naturalmente, com muito melhores resultados.

Mas esta semana houve mais novidades no setor da educação. Convictos de que o Estado deve gastar menos mas fazer, ainda assim, melhor, foram-se repetindo reformas estruturais para respeitar o esforço dos portugueses e recentrar, no caso do sistema educativo, o sistema onde ele deve estar centrado, que é nos alunos.

Assim, pusemos finalmente fim à propaganda do programa Novas Oportunidades.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sempre aqui dissemos que o iríamos fazer. Sempre nos pusemos contra aqueles que preferiam certificar em vez de formar, que preferiam inaugurar em vez de formar e de educar. E nunca tivemos dúvidas, no entanto, de que a missão de dar mais formação aos portugueses tinha de ser cumprida. Mas também não tínhamos a ilusão de que o programa Novas Oportunidades, gerido como foi, não dava resposta nenhuma.

De facto, os estudos demonstram que assim era. Foi um programa sem impacto nas remunerações dos formandos e sem impacto na empregabilidade dos que o frequentaram. Por isso, o programa acabou. Não para deixar um vazio, como muitas vezes aqui ouvimos, mas para preencher o verdadeiro vazio que este programa nunca deixou de ser.

Assim, foi publicada esta semana a portaria que dá corpo aos novos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), que vão reencaminhar os jovens e os adultos que precisam de formação para as escolas — essas, sim, as escolas, darão educação e formação. É um compromisso que assumimos desde o início, com a qualidade e a excelência do ensino.

E porque se fala de compromissos, importa lembrar aqui também que não é por estarmos a viver tempos absolutamente conturbados e de dificuldade financeira que deitámos fora os nossos compromissos eleitorais e os nossos compromissos no Programa do Governo.

Na educação, muito claramente, desde o início dissemos o que iríamos fazer: uma educação centrada nos alunos; mais autonomia para as escolas públicas; maior autoridade para os professores nas escolas; mais e melhor avaliação através de exames no final dos ciclos; mais aulas de Português e de Matemática; o ensino profissional mais cedo no percurso escolar dos alunos. Com tudo isto nos comprometemos e tudo isto já cumprimos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Colocámos, Sr.^a Presidente, os alunos no centro das políticas.

Fizemos uma revisão curricular que reforça as disciplinas estruturantes e dá mais autonomia às escolas.

Trabalhámos num novo Estatuto do Aluno, que reforça a autoridade dos professores e responsabiliza mais os alunos.

Introduzimos uma maior diversidade na oferta educativa, com o ensino vocacional e o ensino dual.

Implementámos, no fundo, a nossa visão para recuperar o ensino, cumprindo estritamente os compromissos que constavam nos programas eleitorais dos dois partidos da maioria.

Conseguimos, ainda, fazer uma reforma importante no setor que tem sido o verdadeiro cancro do sistema educativo português: o parque escolar degradado e a Parque Escolar desgarrada.

Assim, é de assinalar que o Governo tenha iniciado um programa de remoção de fibrocimento em 52 escolas no País. E ao contrário do que era a prática governativa no passado, não anunciou só intenções; foi identificar os casos mais urgentes, foi fazer um programa de intervenção e deu início a esse programa.

Nesta semana, quando começa o terceiro período do ano letivo, já 11 dessas escolas viram a remoção do fibrocimento acontecer e nas restantes escolas acontecerá antes do início do próximo ano letivo.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, é um programa essencial em mais de 50 escolas e que custa — apenas, comparado com outras «festas» — 6 milhões de euros ao erário público.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Trata-se de 6 milhões de euros, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, sem inaugurações pomposas, admito, sem foguetes, sem grande festa, como acontecia no passado.

Mas ainda bem que assim é, porque essa festa — a da Parque Escolar — é uma festa da qual todos estamos fartos, uma festa de ares condicionados e de hotéis de 5 estrelas nas nossas escolas, de candeeiros de marca importados, de materiais caríssimos que têm de vir do estrangeiro a preços exorbitantes. Foi uma festa, mas foi uma festa com uma dolorosa ressaca que hoje pagam as escolas e pagam todos os contribuintes.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Assim, Sr.^a Presidente, com respeito pelos contribuintes e respeito pelos alunos, conhecemos bem a matriz do Governo no sector da educação: centrar o discurso e a ação nas famílias e nos alunos, sem esquecer e valorizar o trabalho dos professores, dos dirigentes e auxiliares educativos, que todos os dias trabalham para que se faça educação de qualidade em Portugal, e responsabilidade na aplicação do dinheiro dos contribuintes, racionalizando mais os recursos e todos os meios para garantir um sistema educativo equilibrado e eficaz.

Assim, sem festas, melhoraremos o nosso sistema educativo e teremos melhores resultados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — A Mesa regista as inscrições, para pedidos de esclarecimento, dos Srs. Deputados Acácio Pinto, do PS, Rita Rato, do PCP, Ana Sofia Bettencourt, do PSD, e Luís Fazenda, do BE.

Entretanto, o Sr. Deputado Michael Seufert informou a Mesa que responderá a grupos de dois.

Tem a palavra, Sr. Deputado Acácio Pinto.

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, quero saudar o Sr. Deputado Michael Seufert pelo debate que hoje aqui veio proporcionar e dizer-lhe o seguinte, para começar: sobre a coerência do CDS, estamos conversados — o tal «partido dos contribuintes», o tal partido que se opunha ao aumento de impostos —, estamos completamente conversados, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Mas o que eu queria aqui sublinhar é que, durante a sua intervenção de 6 minutos, proferida na tribuna, não teve nem uma palavra para os professores e para a mobilidade a que vão ser sujeitos, a tal mobilidade especial que o Ministro Nuno Crato disse, em fevereiro, que não iria fazer, mas que disse agora ir levar a cabo. Sobre isso nem uma palavra o Sr. Deputado aqui deixou, hoje, nesta sua intervenção.

Vozes do PS: — Nem sobre os alunos!

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Mas também lhe quero dizer que estamos já muito habituados a este discurso do CDS.

Sobre as Novas Oportunidades, não quiseram fazer o «teste do algodão», Sr. Deputado! E sabe qual era o «teste do algodão»? Era deixar a OCDE fazer a avaliação, que estava comprometida e que deviam levar a cabo, antes de, por motivos meramente preconceituosos, acabarem com esse programa.

Aplausos do PS.

Sobre isso, já agora, quero dizer-lhe que o desinvestimento na qualificação dos portugueses é global e total, tal como ficou ontem bem evidenciado numa conferência que aconteceu na Assembleia da República sobre o ensino profissional.

Os Srs. Deputados apoiam este Governo, apoiam este Ministro e, afinal, aquilo que querem é «inventar a roda», quando «a roda está inventada». Acabam com os Centros Novas Oportunidades, trazem-nos os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, uma resposta mínima para os graves problemas que temos, em Portugal.

Sr. Deputado, segundo o último Censos, sabe quantos portugueses em idade ativa e que fazem parte dos trabalhadores é que não têm o 12.º ano? Vou dizer-lhe, Sr. Deputado: são dois milhões e trezentos mil portugueses que não têm o 12.º ano.

Qual é a resposta que o Ministério da Educação e VV. Ex.^{as} têm para estes trabalhadores? Não têm uma resposta e acabam com aquelas que existiam.

Portanto, Sr. Deputado, quero dizer-lhe, de viva voz, que aquilo que nos deixou aqui hoje foi nada e foi coisa nenhuma! E a melhor resposta tê-la-ão, com certeza, pela voz dos portugueses, que, efetivamente, traduzem aquilo que é a vossa inexistência no âmbito do Ministério da Educação. Eles querem respostas concretas e os Srs. Deputados do CDS e do PSD e o Governo não lhas dão! Nem uma palavra para as famílias que viram os seus problemas resolvidos com as políticas sociais que também se traduziram nas políticas educativas.

Portanto, Sr. Deputado, a pergunta concreta que lhe deixo é esta: qual é a resposta que têm para os dois milhões e trezentos mil portugueses que não têm o 12.º ano?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, trouxe aqui a debate as matérias relacionadas com a educação, e bem, porque os problemas com que hoje a escola pública está confrontada são muitos e merecem, de facto, discussão, reflexão, e propostas alternativas, neste caminho em que a escola pública está a ser sujeita a ataque e desfiguração do seu papel.

É bom reconhecer que este caminho de ataque à qualidade da escola pública não começou agora com este Governo. Aliás, o Sr. Deputado deu aqui, inclusivamente, exemplos que mostram que o caminho começou em Governos anteriores, em propostas como as dos mega-agrupamentos, da reorganização curricular e outras medidas que estão colocadas em cima da mesa e relativamente às quais importa haver memória.

Sr. Deputado, gostaria de colocar-lhe algumas questões sobre esta matéria.

Relativamente ao mega-agrupamentos, medida que o Governo do PS começou, o CDS, quando estava na oposição, apresentava projetos de resolução para suspender os mega-agrupamentos; quando chegou ao Governo começou a desencadear uma política, contra tudo e contra todos, de alargamento dos mega-agrupamentos.

Vou só dar dois exemplos, os de Leiria e de Braga, onde não houve um único parecer favorável à constituição do mega-agrupamento. Eram escolas que tinham projetos educativos autónomos e importantes, mas o mega-agrupamento destrói e coloca ingerível uma instituição com mais de 3000 alunos. Portanto, aqui está uma prova de como os mega-agrupamentos não são feitos com vista à melhoria da qualidade pedagógica; têm, sim, objetivos economicistas e programáticos de destruição do papel da escola pública e de despedimento de professores, de funcionários e de psicólogos.

O que temos aprendido com os mega-agrupamentos é que, se numa escola existia um psicólogo, quando acontece um agrupamento de escolas esse psicólogo passa a repartir-se por todas as escolas do agrupamento.

Se temos já hoje problemas gravíssimos de falta de professores, de funcionários e de psicólogos, o mega-agrupamento é bem o exemplo de uma medida que não vai melhorar em nada a qualidade da escola pública e que serve exatamente para fazer dos trabalhadores da escola pública gato-sapato, para que, caso falte um funcionário numa escola, o funcionário que está a quilómetros de distância tenha de deslocar-se sem que

sejam garantidas as condições de trabalho e, sobretudo, as necessidades permanentes de funcionários nas escolas.

O Sr. Deputado referiu que este Governo colocou os estudantes no centro da sua política, o que não pode ser mais falso. É que, de facto, este Governo continua a agravar a discriminação dos estudantes do ensino profissional no acesso ao ensino superior, não garante as condições de igualdade dos estudantes do ensino profissional, porque no seu currículo, que é profundamente desvalorizado, não lhes permite, por exemplo, ter disciplinas imprescindíveis para o seu acesso ao ensino superior.

Este Governo acabou com os passes 4_18 e sub23, pelo que hoje qualquer criança de quatro anos paga o mesmo de passe que pagam o seu pai ou a sua mãe. Ora, isto é insuportável, sobretudo em famílias com mais filhos e com filhos em idade escolar. Entendemos que isto é muito negativo.

Por tudo isto, Sr. Deputado, deixamos-lhe aqui um apelo. O Sr. Deputado falou, mais uma vez, da Parque Escolar, e nós, mais uma vez, dizemos o que andamos a dizer desde que esta empresa foi criada. Este Governo já tem bem o exemplo de que a Parque Escolar não dá resposta à falta de condições materiais nas escolas públicas. Porque é que não extinguem a Parque Escolar? Porque é que não acabam com a Parque Escolar?

A Parque Escolar é bem um exemplo de sorvedouro de recursos públicos. O Ministério da Educação todos os meses transfere uma fatia para as escolas, mas diz que aquele dinheiro não pode ser aplicado na contratação de mais professores, que aquele dinheiro não pode ser aplicado na contratação de mais psicólogos, que aquele dinheiro não pode ser aplicado na contratação de mais funcionários; aquele dinheiro é para transferir uma renda fixa para a Parque Escolar. Aliás, a Parque Escolar é bem uma parceria público-privada iniciada pelo Governo PS mas que o Governo PSD/CDS insiste em manter.

Ora, o que eu disse é bem um exemplo de porque é que continuamos a dizer que as medidas em curso não têm como objetivo a garantia da qualidade da escola pública. Muito pelo contrário, colocam em causa o seu papel conforme está consagrado na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, e é por isso que continuamos a denunciar o conteúdo de cada uma destas políticas e a exigir uma política educativa alternativa.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados Acácio Pinto e Rita Rato, obrigado pelas questões que levantaram.

Sr. Deputado Acácio Pinto, disse aqui duas coisas profundamente contraditórias. Primeiro, disse que o discurso do CDS tinha mudado muito e, logo a seguir, disse que o discurso do CDS é sempre o mesmo!

Risos do CDS-PP.

Percebo-o, Sr. Deputado. A questão é que, quando nós estávamos na oposição, os senhores àquilo que não queriam ouvir fizeram sempre «ouvidos moucos»; aquilo que lhes dava jeito ouvir os senhores adaptaram e iam aproveitando, até porque não tinham maioria na anterior Legislatura.

Sr. Deputado, o que posso dizer-lhe em relação aos professores é o que disse da tribuna várias vezes, ou seja, que é importante valorizar o trabalho dos professores, que é importante, por exemplo, reforçar a autoridade dos professores. E foi esta maioria que fez esse trabalho nesta Legislatura, com a apresentação do Estatuto do Aluno, Sr. Deputado.

Em relação à iniciativa Novas Oportunidades, aquilo que nos separa é bem maior. Sabemos que o Sr. Deputado acredita mesmo — percebo isso e estou perfeitamente à vontade para lhe conceder essa boa-fé — que se resolve o problema de dois milhões de portugueses que estão em idade ativa, como aqui nos disse (não tenho aqui os dados mas acredito naqueles que nos trouxe), sem terem completado o 12.º ano, dando-lhes um papel que, depois, não vale nada na vida real. O problema é exatamente esse!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Os estudos que conhecemos dizem claramente que as pessoas passaram pelo programa Novas Oportunidades à procura, honesta e necessariamente — acho que essas pessoas merecem de nós o maior apoio —, de uma qualificação e receberam uma certificação que o mercado de trabalho não onera. Portanto, nem lhes dá mais emprego, ou seja, é uma parte da população que não está menos exposta ao desemprego, nem aqueles que estão empregados estão em condições de ganharem mais. É isso o que os estudos nos dizem.

O senhor disse aqui que o Governo abortou um estudo da OCDE sobre este caso, o que é verdade. Mas recorde-lhe os custos desse estudo: pedia-se ao erário público cerca de 4000 €/formando para avaliar o impacto daquele programa!

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Deitou fora um milhão!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Deputado, aquilo que esta maioria fez, no cumprimento daquilo que sempre disse na oposição, daquilo que escreveu nos seus programas eleitorais e daquilo que levou para o Programa do Governo, foi acabar com este programa e substituí-lo por um nosso.

É extraordinário, mas eu sabia que isso ia acontecer: o Sr. Deputado veio aqui dizer que este programa agora fica reduzido ao mínimo. Eu já tinha ouvido o Partido Socialista dizer que as novidades que introduzimos na portaria em relação aos Centros para a Qualificação eram para mudar de nome e ficar tudo igual. Ao menos aqui reconheceram, o Partido Socialista e o Sr. Deputado, que se reduziu aquilo que era preciso reduzir.

Sr. Deputado, o que estes Centros vão fazer para aqueles que se querem qualificar é olhar para o seu percurso de vida, olhar para o seu currículo e dizer: o vosso melhor percurso é nesta escola profissional, é aqui no ensino secundário, é aqui no politécnico... Portanto, vão fazer verdadeiramente um encaminhamento, algo que a Novas Oportunidade não fazia.

Sr. Deputado, teremos ainda, com certeza, muitas oportunidades para discutir este assunto ao longo deste ano.

Sr.^a Deputada Rita Rato, em primeiro lugar, em relação aos agrupamentos, recorde-lhe que o Governo, quando tomou posse, suspendeu a criação de novos agrupamentos, foi ouvir quem tinha de ouvir e, depois, naturalmente, decidiu, como lhe competia.

Refiro-lhe, no entanto, que o facto de os agrupamentos estarem agregados de forma a melhor garantirem a eficácia dos recursos públicos assegura também que os alunos ficam menos tempo sem aulas, que os alunos ficam menos tempo sem psicólogos, por exemplo. Aliás, neste ano letivo, o Governo colocou os psicólogos nas escolas mais cedo do que sucedeu nos últimos anos, o que é, com certeza, uma boa notícia.

Em relação à Parque Escolar, sei que o Partido Comunista Português sempre defendeu a extinção da empresa, mas também há de convir que nós, na oposição, nunca nos associámos a isso. É que o problema, Sr.^a Deputada, não está em ser uma empresa, uma direção-geral ou em estar na dependência direta do Ministério da Educação. O problema da Parque Escolar, Sr.^a Deputada, é claramente a megalomania.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Repare que este Governo pegou em 6 milhões de euros e retirou o fibrocimento em 52 escolas por todo o País.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Bastava uma única obra da Parque Escolar custar menos um bocadinho e estes 6 milhões de euros já podiam ter sido aplicados há um, dois, três ou quatro anos, não expondo os nossos jovens à substância que o fibrocimento contém.

O problema não é ser empresa, direção-geral ou instituto público,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É, é!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — ... o problema é a ação e as políticas megalómanas que custaram e continuam a custar — tem toda a razão — ao erário público e ao orçamento das escolas milhares e milhares de euros todos os anos, porque se criou uma dívida que, como muitas outras dívidas que se criaram, vamos ter de pagar durante muitos anos, infelizmente.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Sofia Bettencourt.

A Sr.^a **Ana Sofia Bettencourt** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, queria agradecer-lhe ter trazido hoje a debate este tema tão importante para o futuro de Portugal. Pena é que os Deputados da oposição não tenham estado à altura do debate e do tema que hoje nos trouxe.

O desafio que hoje temos presente em face das circunstâncias excecionais em que Portugal se encontra incumbe cada um de nós da máxima responsabilidade. A área da educação é central no desenvolvimento que Portugal quer ter.

O Sr. Deputado Acácio Pinto falou sobre o programa Novas Oportunidades e o «teste do algodão». O «teste do algodão» estava feito: o Novas Oportunidades não era reconhecido pelo mercado, não era reconhecido pela ação profissional. Esta realidade não precisava de mais análise, é um facto.

Este Governo visa, com estas medidas, resgatar esta oportunidade. Dizer «nova oportunidade» é isso mesmo, não é fingir que a estamos a dar às pessoas, é dá-la efetivamente. Valorizar o seu desenvolvimento pessoal é importante, mas é importante também que tenham uma ferramenta para enfrentar um mundo cada vez mais competitivo.

A nossa ação tem provado que somos pela escola pública. A escola pública não tem, necessariamente, de ser exclusivo do público, e essa é a medida. O mundo mudou, Portugal tem de mudar.

Estes discursos que hoje aqui foram feitos, assentes numa realidade que não tem em conta os últimos desenvolvimentos que, infelizmente, Portugal teve de atravessar, são iguais há 10 anos. Na realidade, o País não merece este tipo de intervenções por parte das bancadas da oposição.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, relativamente a estes novos Centros para a Qualificação, o desafio que temos presente, esse sim, é o de criar uma rede que englobe todos, uma rede que seja local mas que tenha impacto regional e nacional. Esse é o desafio que temos todos pela frente. É esta medida que não estava contemplada antes e que constitui uma fundamental diferenciação.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, dei comigo a pensar quais seriam as «trombetas» que se iriam anunciar numa intervenção do CDS sobre educação, mas, afinal, a expectativa não foi coroada de sucesso.

O Sr. Deputado trouxe aqui os mega-agrupamentos, de triste história.

Há dois dias estivemos num colóquio da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) onde ouviu, como eu, o Prof. Mário Nogueira dar exemplos de unidades de mega-agrupamentos em que o coordenador tem oito horas de redução do horário para gerir uma instituição com mais de 1000 alunos.

Acho que isso dá bem a medida não só da hipercentralização, não só do distanciamento das várias unidades, que chega a ultrapassar 30 km, não só da concentração absurda de mais de 4000 estudantes e de várias escolas com projetos educativos completamente diferentes, mas também daquilo que isto é na realidade. E na realidade trata-se de uma colossal poupança de custos feita à custa dos mega-agrupamentos, e não mais. Não há um pinga de pedagogia, não há nada que tenha a ver com o acesso dos cidadãos à

educação, há, sim, uma forma de fazer cortes orçamentais, ou, na linguagem magnânima do Governo, poupanças orçamentais.

O Sr. Deputado vem, depois, falar-nos dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, que sucedem aos Centros Novas Oportunidades. Na verdade, ainda ontem, na Assembleia da República, ouvimos o estado da arte em relação ao ensino dual que vai ser mesclado com estes centros de qualificação.

O que é que acontece na experiência-piloto? Temos três escolas em experiência-piloto, e ouvimos ontem alguém pedagogicamente dizer-nos — mal! — que há capacidade para fazer o regresso ao ensino regular, que há permeabilidade. Como a formação geral apenas vale 40%, se o aluno quiser candidatar-se a exame de Português e de Matemática do 9.º ano pode voltar ao ensino regular. Bem, isso é dar a oportunidade a um coxo de correr os 100 m! Não tem qualquer possibilidade de competir nessas circunstâncias!

É uma falsidade, é mirífico, é ilusório dizer que esses alunos podem vir a ter permeabilidade em relação ao ensino regular. Portanto, há aqui uma elitização e um afastamento, que já têm um vício à partida: o castigo pela repetência. Essa seleção precoce corresponde a uma seleção social e a uma opção clara ultraconservadora da parte do Governo e da maioria.

Mas o ensino dual ainda é apenas uma ideologia, não tem projeto, não está concretizado, não se sabe onde vai acontecer, e, portanto, talvez seja um pouco prematuro anunciá-lo com tanto estrondo.

Quanto aos próprios Centros, dir-me-á o Sr. Deputado quando arrancam, onde arrancam, o que vão fazer, como vão selecionar as entidades privadas, que tipo de contratos vão ter com as entidades formadoras, qual a sua correlação entre adultos e não adultos — porque passa a ter não adultos, passa a haver esta interceção —, quando vêm os fundos europeus das *Perspetivas Financeiras 2014/2020* para isto, em que ano. Enfim, não será um pouco prematuro, para o CDS, anunciar o funcionamento dos CQEP quando ainda não se sabe absolutamente nada acerca disso?

Aplausos do BE.

A Sr.ª **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada Ana Sofia Bettencourt e Sr. Deputado Luís Fazenda, muito obrigado também pelas questões que colocaram em torno da questão dos Centros de Qualificação, que têm, desde logo, como primeira consequência, a introdução do novo palavrão CQEP no «eduquês» português. Isto, de facto, podia levar-nos a outro tipo de discussões sobre as nossas políticas educativas.

Sr. Deputado Luís Fazenda, eu não anunciei nada. A portaria foi publicada esta semana pelo Governo e não — nem nunca poderia sê-lo — pela maioria parlamentar, anunciando exatamente como vão funcionar estes Centros e a abertura de um concurso para 120 destes Centros de Qualificação, que existirão geograficamente distribuídos, para permitir uma ligação com o sistema educativo, como já tinha referido há pouco em resposta ao Deputado Acácio Pinto,

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — E o financiamento?

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Deputado, o financiamento também é do Orçamento do Estado — está dito na portaria —, não é preciso ir buscar dinheiro europeu, se bem me recordo. Mas podemos ler essa portaria em conjunto, num próximo debate.

O problema, tal como a Sr.ª Deputada Ana Sofia Bettencourt aqui bem referiu, é a questão da rede. E não estamos a falar de ensino dual e de ensino vocacional (não vale confundir as coisas), estamos a falar de ensino profissional. Ora, temos este tipo de ensino nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, que são detidas, normalmente, por associações empresariais ou por ligações diretas ao tecido empresarial local.

E, Sr.ª Deputada, dou-lhe toda a razão quando diz que escola pública não é exclusivamente propriedade pública. Da rede pública fazem parte escolas que estejam integradas numa rede de portas abertas que recebam os alunos que os CQEP reencaminham. Penso que o Governo terá a obrigação de se relacionar com as entidades e, na regulamentação da portaria, de dizer claramente que estas escolas (as profissionais, as secundárias) fazem parte da rede pública do ensino profissional e que esse ensino, ministrado por qualquer

um deste tipo de escolas, é um ensino que dá valor e substância ao ensino público, porque não nos podemos fechar. Um problema que também tivemos no passado foi o de tentar ultrapassar, dando novas competências às escolas do ensino secundário, as que já estavam no terreno a fazer ensino profissional, muitas vezes com condições físicas (e humanas, sobretudo) — muitas escolas secundárias também não tinham como missão este tipo de ensino —, e foi-se tentando ultrapassar... Isso teve como consequência evidente que este tipo de ensino acabou por não responder às necessidades das pessoas e da sua formação profissional.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Luís Fazenda falou também dos agrupamentos, levantando uma questão igualmente muito importante, que é a dos percursos educativos e dos projetos educativos de cada escola.

Uma das razões para se agrupar verticalmente as escolas, tendo uma ou várias escolas primárias associadas a escolas do 2.º e 3.º ciclos e a escolas secundárias, é permitir que haja — mesmo que não haja — o mesmo percurso e o mesmo projeto educativo, que não tem de haver, mas que, pelo menos, haja conhecimento do que esperar dos alunos quando progredirem dentro do sistema educativo.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Com 4000 alunos?!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Um aluno que sai da escola primária vai para a escola do ensino básico do 2.º e do 3.º ciclo, chega à secundária e os professores já o conhecem e podem ter canais de comunicação internos para comunicarem problemas que aconteciam anteriormente.

E não é exclusividade, Sr. Deputado, haver escolas com mais de 1000 alunos, porque já havia centros escolares — continua a haver —, edifícios que albergam mais de 1000 alunos. Mais de 4000 alunos, Sr. Deputado, é um exagero, tem razão. Mas tenho muitas dúvidas de que este Governo tenha criado algum agrupamento com mais de 4000 alunos. Mas podemos também falar disso com dados mais concretos, que serão agora publicados com o encerramento deste processo de agregações.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Quem nos quer submissos quer-nos incultos.

Uma das mais belas conquistas da Revolução de Abril foi a da democratização da criação e fruição cultural e artística, alcançada pela luta das populações e pelas estruturas de criação artística que levaram a todos os cantos do País a arte sob as mais variadas expressões: a música, as artes plásticas, o teatro, a dança, a literatura, o cinema não só conheceram um gigantesco impulso na produção como começaram a chegar a quase todos os pontos do País, pelas mãos e pelo esforço de quem se dedicou à criação e à difusão da cultura, e o fim da censura permitiu a difusão de filmes, livros e peças de teatro até então proibidas.

Mas, para a estratégia de concentração da riqueza, de saque e de esbulho em curso, o Governo quer reverter essas conquistas, quer uma cultura atordoante, de entretenimento e diversão, que dê cobertura à exploração, e jamais uma cultura resistente, libertadora e independente.

Quem nos quer submissos quer-nos incultos.

O Orçamento em vigor, do PSD e do CDS, não atribui um euro proveniente dos impostos para o apoio às artes ou para a produção cinematográfica. Na verdade, para as artes, uma mísera fatia dos jogos da Santa Casa; para o cinema, uma taxa sobre a publicidade e os canais por subscrição. Nem mesmo o reconhecimento internacional, em festivais, de muitos realizadores portugueses sensibiliza o Governo, e alguns têm de assegurar deslocações e participação nesses festivais por seus próprios meios.

As funções culturais do Estado subsumem-se na propaganda de regime, na promoção de um ou outro rosto da cultura *pop*, enquanto se afundam milhares de euros em eventos **semipublicitários** e na criação de marcas, a pretexto da arte, aplica-se à criação artística democrática uma feroz censura financeira.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tal como o Partido Comunista Português vem denunciando, o resultado dos concursos de apoio às artes revela a justeza das críticas que têm sido feitas a um Governo que pretende a aniquilação da liberdade artística em Portugal. Pela forma: com atrasos, alteração de regras a meio dos concursos — nos apoios diretos e indiretos —, arbitrariedades técnicas e estéticas, revelação dos resultados aos soluços; pelo conteúdo: com cortes de praticamente metade dos valores de financiamento, diminuição do número de candidaturas financiadas. Tendo em conta 2009 até hoje, o corte direto nos apoios às artes é já superior a 75%.

Fica claro para o PCP que não se trata de um subsídio bondoso do Governo, como nos querem fazer crer o PS, o PSD e o CDS, mas trata-se do financiamento devido àqueles que são os verdadeiros criadores e atores da cultura em Portugal, do seu salário, dos seus direitos.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estas estruturas integram plenamente o serviço público de arte e cultura que o Estado deve assegurar e que cada vez menos garante. Vejam-se as privatizações e concessões dos palácios e monumentos, o abandono do património, a apropriação de teatros históricos por bancos, o encerramento de centenas de salas de cinema por todo o País, a asfixia dos cineclubes, a destruição da Tobis, o estrangulamento da Cinemateca, a penúria forçada das estruturas de criação.

No cinema, o Governo não abriu concursos durante um ano inteiro e este ano já incumpe os prazos. Na literatura, desde 2009 que não se realiza um único concurso. Nas restantes artes, a liquidação prossegue com corte após corte e sacrifica a criação por uma cada vez maior burocratização e desmantelamento da DGArtes (Direção-Geral das Artes). Que será das companhias e estruturas das mais diversas disciplinas, do teatro ao *design*? Que será dos trabalhadores das artes e do espetáculo, dos técnicos, dos autores, dos intérpretes?

Da precariedade laboral no setor, da sua desproteção social na maternidade, paternidade e doença, do roubo imposto pela segurança social — que são já a regra — passaremos, agora, ao desemprego massivo. Da produção artística cultural livre, alternativa, passaremos à monocultura dominante e entorpecedora.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: No ano em que comemoramos o centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, comunista, intelectual, também homem das artes e da cultura, relevamos a sua conceção da arte como valor humano, mas, mais do que isso, como um valor social, que a censura financeira que este Governo de traição nacional não calará.

Não aceitamos uma cultura marginal quando marginal é o Governo. Cada vez menos faz sentido disputar migalhas ou esmolas a que um qualquer Governo venha a chamar de subsídios. Urge uma política de financiamento com recursos suficientes, de 1% para a cultura.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso mesmo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Queremos concursos, mas não quaisquer uns. Queremos concursos transparentes, democraticamente escrutináveis, que saibam distinguir entre as companhias de repertório e as de experimentação e investigação, que garantam o direito a elevar a nossa consciência enquanto seres humanos, em todas as suas dimensões.

Por isso mesmo, hoje no Parlamento, amanhã na rua, estaremos com as estruturas, criadores, autores e atores que se manifestarão por uma outra política cultural.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Neste «tempo mau para lirismos» não é vergando a dignidade e a cultura de um povo que se ultrapassam as dificuldades. É tomando-as como bandeiras e afirmando-as na luta todos os dias, com o trabalho, as artes e a cultura lado-a-lado que encontraremos os valores de Abril, porque a liberdade passa pela cultura. Não há democracia sem direito ao trabalho, sem direitos sociais, sem saúde,

sem educação, mas também não há democracia sem cultura, sem o direito a criar e o direito de todas as pessoas a fruírem dessa criação. Rasgar o «pacto de agressão», demitir o Governo — Relvas já foi, faltam todos os outros —, acabar com a alternância entre o PS, o PSD e o CDS é o primeiro passo para repor os valores de Abril no futuro de Portugal.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A Mesa regista as inscrições, para pedidos de esclarecimento, das Sr.^{as} Deputadas Catarina Martins e Inês de Medeiros, às quais o Sr. Deputado Miguel Tiago responderá individualmente.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Catarina Martins.

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, saúdo-o pelo tema que hoje aqui trouxe.

Permita-me que comece por registar que quando se fala de cultura a direita prefere ficar calada. E percebemos bem porquê e quanto incómodo e desconforto devem sentir num assunto em que não têm nada para dizer, porque o seu projeto é indizível.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Não se pode dizer que a direita não tenha projeto para a cultura, porque tem. É claro que o projeto da direita para a cultura é calar a voz de um povo, é não deixar que exista a dimensão fundamental que a democracia trouxe ao nosso País, que é o acesso da população à cultura.

Talvez os senhores não saibam (e talvez por isso fiquem tão nervosos) que o acesso da população à cultura tem duas dimensões, que é poder usufruir, ter acesso ao património e à criação artística, mas é também poder criar, construir as próprias narrativas, criar a sua voz. É o que distingue um povo que é dono do seu destino de um povo colonizado. E um Governo que não quer saber do seu País é, com certeza, um Governo que quer um povo resignado e que, portanto, quer retirar-lhe a sua capacidade fundamental de conhecer a sua memória e de construir o seu futuro.

Fomos confrontados, há poucos dias, com resultados da Direção-Geral das Artes, que vêm na linha de tudo o que temos conhecido sobre este Governo, seja na paralisação do cinema, seja na rede de museus, que está parada, na rede de cineteatros, que também não tem condições para funcionar, nas bibliotecas, que estão já a prescindir das assinaturas dos periódicos. Queria citar-lhe o próprio júri que estava a trabalhar na Direção-Geral das Artes e que, relativamente aos montantes que estavam em causa, falou que «trariam grande prejuízo e dano a uma comunidade profissional com trabalho reconhecido no terreno». E dizia ainda que as verbas disponíveis eram insuficientes para as necessidades reais do País.

Estas são as palavras de quem está na Direção-Geral das Artes e é confrontado com o impossível.

Sabemos que, face ao impossível, há sempre a tentação de colocar artistas contra artistas ou projetos contra projetos, dizendo, neste último caso, que um projeto deveria ser apoiado e outro não. Isto quando, na realidade, o problema é só um: é a política destrutiva do Governo, que quer calar a arte e todo um País.

Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é simples, se não nos acompanha quando dizemos que este Governo abdicou de ter Ministério da Cultura, mas, na realidade, também abdicou de ter Secretário de Estado da Cultura, tendo, neste momento, quanto muito, uma frente de sala para inaugurações, de tapete vermelho e croquete, mas não mais do que isso!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Catarina Martins, em primeiro lugar, quero agradecer as suas questões e saudar as suas considerações, convergentes, aliás, com a avaliação que fazemos desta política de ruína e de asfixia, que se transforma numa autêntica censura financeira à liberdade de criação artística.

A Sr.^a Deputada, logo no início da sua intervenção, fez-me lembrar uma personagem de uma peça de teatro — a qual representa, infelizmente, uma figura real, Goebbels, Ministro da Propaganda de Hitler —, que dizia que, cada vez que ouvia falar de cultura, puxava logo do seu revólver. Este Governo não puxa do revólver, mas puxa de um Orçamento do Estado em branco, um Orçamento do Estado a zero para a cultura, sempre que ouve as reivindicações dos artistas ou sempre que ouve falar de cultura.

Sr.^a Deputada, sobre a questão concreta, da nossa parte, é muito claro: basta olhar para o Orçamento do Estado, para as despesas do Estado e verificar que, comparados com a pequena taxa das receitas da Santa Casa que vão para a cultura, os 7500 milhões de euros que o Estado paga em juros por força das opções políticas do PSD e do CDS (com o contributo, aliás, do anterior Governo) seriam qualquer coisa como 750 anos de apoio à cultura, à produção artística, em Portugal. Sacrificamos 750 anos de apoio à criação artística, a cada ano que passa. E isto demonstra bem que este Governo prefere entregar os impostos e o esforço do trabalho dos portugueses para pagar a agiotagem, a usura e a colonização financeira do que para garantir os direitos constitucionais, como é o direito à criação e fruição cultural.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este Governo, de facto, Sr.^a Deputada, abdicou de ter um Ministério da Cultura, como referiu, e abdicou talvez também de ter um Secretário de Estado da Cultura, porque, ao invés de promover a cultura como direito constitucional, optou por convertê-la numa marca de propaganda e passeá-la pelo mundo, utilizando e promovendo marcas, ao invés de assegurar aqui, em Portugal, o direito constitucional do acesso à criação e fruição cultural.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros.

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, também eu lhe agradeço por ter trazido este tema a debate no Plenário.

Começo por lembrar um grande senhor, Léopold Senghor, que dizia que a civilização começa e acaba com a cultura, nos seguintes termos: quando há cultura, há civilização, há humanidade; quando deixa de haver cultura, deixa de haver humanidade e passa a haver boçalidade.

Ora, hoje em dia, estamos perante o grau zero da política e perante a apologia da boçalidade.

Este Governo não entende, nem quer entender, a importância da cultura para uma sociedade democrática. Não entende que ela não é um privilégio, não é um suplemento de alma, é muito mais do que isso. Ela não constitui apenas uma alavanca económica, ela não constitui apenas uma alavanca social e educativa (com a fealdade que a palavra «alavanca» tem, mas não encontramos outra para definir certas políticas). Ela é, sobretudo, indispensável à nossa inteligência, ela é, sobretudo, aquilo que faz de nós um povo, um coletivo, uma nação, uma pátria, enfim, seja o que for que quiserem chamar a este nosso território.

E é isso que está em causa. O Sr. Secretário de Estado da Cultura, cheio de boas intenções, brinda-nos, a cada entrevista, com teorias muito elaboradas sobre a importância do espaço, da ligação à comunidade. Mas, depois, na prática, o que temos é uma política cega, surda e muda do número.

O que é que este Governo fez perante os atrasos nos apoios dados ao teatro? Para tentar não fazer má figura, decidiu aumentar supostamente as instituições a apoiar. Mas, como não quer dar mais dinheiro, divide os apoios por metade. E, depois, vêm os discursos liberais.

Ora, adotando agora essa opção liberal, pergunto: os senhores que defendem as empresas, expliquem-me como é que uma empresa, que até é um teatro (e não vou estar agora aqui a nomeá-lo, porque são muitos os exemplos), com história, com público, com projeto, inserido no seu território, vê, de um dia para o outro, os montantes que tem (e que já teve de contratualizar para poder concorrer) diminuídos em 50%?

Dando um exemplo muito simples, pergunto ainda: que empresa é que, tendo 14 trabalhadores, funciona com 50 000 €/ano? Quanto é que as pessoas acham que esta empresa (para usar os termos que os senhores usam) vai ter de pagar a estas pessoas? Ou estas pessoas não têm direito à vida, não têm direito a família, não têm direito a sonhos?

Esta é a vossa visão da cultura.

Termino, Sr. Deputado Miguel Tiago, dizendo que, obviamente, esta questão implicaria um debate muito mais prolongado. Quero só relembrar (sei que já o disse aqui, mas é sempre bom repetir) aquela que foi a grande parangona deste Governo: libertar a cultura do Estado. E dizer que, no entanto, a única coisa que soube fazer foi amputar o País da sua inteligência.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Medeiros, em primeiro lugar, começo também por agradecer as questões que colocou. Depois, quero dar-lhe nota da conceção do PCP sobre algumas das questões que aqui traz.

É verdade que se está a negar o direito ao trabalho, é verdade que, inclusivamente, se está a negar o direito à criação cultural, à liberdade artística, pela via do estrangulamento financeiro, pela via do subfinanciamento — e a Sr.^a Deputada descreveu-o bem —, e é também verdade que isso tem impactos nas estruturas que são absolutamente desastrosos, quer pela dimensão da relação que têm com os trabalhadores e artistas, quer pelo trabalho que vão poder desempenhar.

Mas não é menos verdade que há uma outra dimensão — e a Sr.^a Deputada não a abordou, mas sei que ela também está inerente à sua intervenção — que é determinante para o PCP e que é esta: sem esse direito a criar, sem o direito desses trabalhadores, artistas, criadores e intérpretes poderem realizar a tarefa a que se predispuseram, nós não temos o direito a fruir aquilo que eles vão produzir, porque não vão produzir. O povo português ficará impedido de poder ver e fruir a arte e a cultura que estas pessoas, estes artistas e estes intérpretes deveriam ter liberdade de criar e não têm, porque este Governo, à margem da Constituição, à margem da lei, lhes nega o financiamento à sua atividade regular.

A Constituição da República Portuguesa, nesta matéria, é muito clara, ao dizer que ao Estado incumbe assegurar este direito através do apoio às estruturas de criação artística, às autarquias e ao movimento associativo e popular.

Ora, nenhuma destas dimensões das obrigações do Estado está a ser cumprida, e isso limita não só os direitos dessas estruturas como, evidentemente, os direitos das populações a terem uma oferta diferente.

É que o que este Governo quer — e aí não estou de acordo consigo — não é acabar com a cultura, é garantir uma cultura mercantil e uma cultura neutralizante, uma cultura entorpecedora, uma cultura que justifique a exploração do capitalismo sobre o trabalho, uma cultura que neutralize o raciocínio crítico.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É a cultura que nos entra pela televisão, é a cultura das grandes distribuidoras de cinema que esmagam qualquer alternativa crítica e independente. É essa cultura que a direita, PSD e CDS e este Governo, quer impor ao povo, eliminando as expressões livres de criação artística e cultural, em Portugal.

Posto isto, Sr.^a Presidente, peço-lhe apenas 10 segundos de tolerância para dizer que o PSD e o CDS, talvez não surpreendentemente, não colocaram qualquer questão, nem tomaram qualquer posição sobre esta matéria. Às vezes, costumamos dizer que PSD e CDS não têm vergonha em defender o indefensável, nesta Assembleia. Hoje, tiveram!

Aplausos do PCP e da Deputada do PS Inês de Medeiros.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima declaração política cabe ao Bloco de Esquerda.
Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando já nada parecia capaz de nos espantar no atrapalhado processo de concessões e privatizações, depois de tudo o que aconteceu na TAP e

depois da confusão no processo da RTP (liderado pelo aparentemente ex-Ministro Miguel Relvas), eis que o Governo mostra que consegue sempre escavar mais fundo e que há outros Ministros que são obviamente remodeláveis.

A concessão dos Estaleiros Navais do Mondego é, deve ser um caso de estudo de tudo o que não deve, nem pode ser feito na gestão do interesse público, com um nível de negligência que não seria admissível numa qualquer «república das bananas».

O Governo entregou a concessão de um estaleiro a uma empresa sem dinheiro, criada um mês depois da abertura do concurso público para esta concessão, e cujos sócios não têm um único dia de experiência na indústria naval, mas têm, pelo contrário, um longo historial de salários em atraso em empresas de construção civil.

Resultado: seis meses depois, a empresa a quem o Estado concessionou os Estaleiros ainda não pagou os 500 000 euros devidos pela aquisição dos equipamentos, nem os 100 000 euros de caução à autoridade portuária, e nos Estaleiros já há trabalhadores com salários em atraso. E os postos de trabalho, prometidos com pompa e circunstância pelo Sr. Ministro da Economia, também ninguém ainda os viu.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — O contraste entre as promessas efetuadas pelo Ministro da Economia, no início deste ano, e a realidade vivida na empresa é tão chocante e contrastante que talvez o melhor seja mesmo dar a palavra a Álvaro Santos Pereira.

Dizia o Ministro, há apenas três meses, que a concessão dos Estaleiros do Mondego «irá permitir a contratação de 134 postos de trabalho diretos, e 230 indiretos, até ao final deste ano». Aliás, o Ministro não se limitou a quantificar os postos de trabalho, anunciou também 18 milhões de euros de investimento. Resultados, hoje: zero novos postos de trabalho e nenhum investimento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma vergonha!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Para o espanto ser completo só falta, aliás, ouvir o que dizem à imprensa os ditos investidores, em relação aos anúncios de Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira: «18 milhões de euros? Não percebi, não sei onde é que o Ministro foi buscar esse número». Como, pelos vistos, também não sabem «onde o ministro foi buscar esse número» dos 134 postos de trabalho, que, dizem, é «impensável».

Resumindo, temos um Governo, a quem talvez devamos chamar desgoverno, que concessionou um estaleiro estratégico para a indústria naval portuguesa a uma empresa desconhecida, cujos sócios têm um longo historial de salários em atraso e de rutura de empresas, desconhecem totalmente a indústria naval e não assumem, agora, nenhum dos compromissos anunciados pelo Ministro da Economia.

É caso para dizer: tudo o que neste processo não podia correr mal, correu. Aliás, ia correndo mal duas vezes. É que não satisfeitos com a forma dolosa como este processo foi gerido, sabemos agora que o mesmo Ministério da Economia convidou estes notáveis empreendedores para ficarem agora com a concessão dos Estaleiros Navais de Viana de Castelo. Ou seja, nem cuidado com as decisões, nem responsabilidade política, nem proteção do interesse público e do emprego.

A palavra «trapalhada» foi criada exatamente para descrever histórias destas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: A forma despreocupada como o Ministro da Economia gere o interesse público, e anuncia investimentos e a criação de postos de trabalho sem qualquer preocupação em garantir que, de facto, eles existem, é a marca de um Governo irresponsável e incompetente, de um Governo que está esgotado.

Tamanha incompetência e leviandade exigem uma explicação do Governo e hoje, aqui, a palavra das bancadas que o suportam. Há questões que, em nome da transparência e do interesse dos trabalhadores e da economia da região, não podem ficar sem resposta.

Como é que o Governo concessionou uma empresa estratégica para o distrito de Coimbra, sem exigir qualquer tipo de garantia financeira da empresa concessionária? Como é que o Governo concessionou os Estaleiros a uma empresa sem capital e cujos sócios têm um conhecimento zero no setor naval e um longo historial de incumprimento das suas obrigações?

Como é que, sendo pública e notória a incapacidade financeira dos concessionários, o Governo parece ser a única entidade em todo o País que não conhece o historial destes investidores? Como é que o Governo anuncia postos de trabalho e investimentos que, pelo que sabe, não acautelou nos contratos que assinou, ou nas contrapartidas que exigiu?

As questões que esta trapalhada monumental levanta são muitas, mas há também ilações que podem desde já ser tiradas e uma conversa sobre o valor da palavra dada pelo Governo.

Um Governo que passa os dias a garantir-nos que a privatização ou a concessão a privados de tudo o que mexe é a solução para modernizar a economia, afinal, vai entregando ao desbarato ativos que anuncia como estratégicos a investidores falidos e sem capacidade de garantir o investimento e os postos de trabalho anunciados, com pompa e circunstância, pelos próprios Membros do Governo.

Isto já não é apenas um ignorante preconceito ideológico contra tudo o que é público, é muito mais do que isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados. É indiferença pela coisa pública, é o apoucar da responsabilidade governativa quando se decide desbaratar ativos fundamentais para a recuperação da economia, entregando-os a privados, quem quer que eles sejam!

Não é apenas a teoria «se é privado é necessariamente bom» que é manca, é o Governo que é perigoso, porque é um Governo deslumbrado pela ideia de iniciativa privada e vende tudo, concessiona tudo pela oportunidade de ter uma peça televisiva de 2 minutos para um Ministro que é remodelável desde que tomou posse como Ministro — aliás, soubemos hoje da demissão do Dr. Miguel Relvas, mas ficam alguns ministros por ir.

No momento em que se anuncia uma enxurrada de concessões e de privatizações na agenda do Governo, esta história prova, se dúvidas houvesse, que não contamos com este Governo para proteger o interesse público, a economia e os postos de trabalho.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada Ana Drago, os Srs. Deputados Rita Rato, Ana Paula Vitorino, Maurício Marques e Helder Amaral, tendo a Sr.^a Deputada informado a Mesa que pretende responder individualmente.

Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente, a Sr.^a Deputada Ana Drago traz aqui um problema importante, e importa recordar que os Estaleiros Navais do Mondego têm uma história que prova já os erros que não podem acontecer novamente.

Os Estaleiros Navais do Mondego foram criados em 1944 e têm um importante percurso de reparação e construção naval que foram desenvolvendo, tendo hoje um património de conhecimento e de mão-de-obra altamente qualificada, bem como uma patente de construção em alumínio que é única no País.

Em 2007, a Fundação Bissaya Barreto vendeu os Estaleiros Navais do Mondego — surpreendam-se, Srs. Deputados — por 1 € a uma empresa espanhola. Essa empresa tinha obrigações específicas no contrato que não cumpriu e, passados quatro anos, essa situação levou à insolvência da empresa e à ameaça de todos os postos de trabalho.

Acontece que, em dezembro de 2011, os Estaleiros Navais do Mondego entraram em insolvência — os 60 postos de trabalho estavam ameaçados, 250 trabalhadores tinham já sido dispensados ao longo do processo — e, em maio de 2012, foi aberto o concurso para a concessão da licença dos Estaleiros Navais do Mondego.

Admirem-se, Srs. Deputados: uma empresa que não existia na altura da abertura do concurso, passado um mês foi criada de forma mágica, como se fosse um truque de magia, e, passados alguns meses, ganhou mesmo o concurso, sem que tivesse havido, da parte do Governo, qualquer critério, qualquer escrutínio rigoroso e profundo sobre a situação financeira desta empresa.

Aliás, como a Sr.^a Deputada bem referiu, esta empresa tinha assumido o compromisso de fazer um investimento de 18 milhões de euros, tinha assumido a garantia de mais 300 postos de trabalho e tinha assumido, ainda, o pagamento de 100 000 € e de 500 000 € aos portos da Figueira da Foz e de Aveiro, respetivamente, que, de acordo com informações que temos, não foram ainda consagrados.

É por isso que entendemos que este processo levanta muitas dúvidas, mas aponta-nos uma certeza: o Governo tratou com os «pés» os Estaleiros Navais do Mondego.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — O Governo não respeitou o património histórico daquela empresa, não respeitou o legado importante da reparação e da construção naval daquele setor nem garantiu a salvaguarda dos postos de trabalho.

Entendemos, por isso, que é fundamental ouvir — e esperamos ouvi-lo hoje aqui dos Deputados do PSD e do CDS — que vão desencadear todos os mecanismos que têm ao seu dispor para salvaguardar os postos de trabalho e para garantir o compromisso da viabilização desta empresa.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira fazer o favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Esta empresa é importante para a Figueira, para a região Centro, mas sobretudo para o País pela importância do setor da reparação e da construção naval, que tem um papel fundamental no desenvolvimento económico e social.

Da parte do PCP, é o que continuaremos a exigir.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Rita Rato, creio que conta bem a história aventureira dos Estaleiros Navais do Mondego nas mãos de sucessivos governos e de diferentes empresas concessionárias.

Quanto ao que aconteceu agora, neste último processo de concessão, se um argumentista quisesse criar uma história mais ou menos mirabolante do que é uma negociata mal conduzida por um Governo deslumbrado com a ideia de concessão a privados de tudo o que eventualmente possa ser útil, estratégico e interessante na economia portuguesa não conseguia escrever uma história mais atribulada.

Temos aqui uma empresa que entra no concurso quando ele já estava aberto — ela é criada um mês depois de o concurso estar aberto — e que tem a participação de uma empresa na área da construção civil que já tinha problemas financeiros conhecidos desde junho de 2011. Portanto, esta concessão é anunciada, com pompa e circunstância, pelo Ministro Álvaro Santos Pereira e, agora, no exato momento em que nenhum dos compromissos que foram assumidos no âmbito da concessão é executado pela empresa, é necessário perguntar ao Governo: afinal, não exigiram garantias? Não fizeram a investigação? Quais foram os critérios que estabeleceram neste concurso para a atribuição desta concessão? É que o problema que se põe é o da viabilidade económica dos Estaleiros — a manutenção dos postos de trabalho e o alargamento destes, a reabilitação da região Centro e a capacidade de projetar a economia nacional.

Era para esse fim que achávamos que devia existir um Ministro da Economia. Mas não! Afinal, é um homem deslumbrado, que vai andando de notícia em notícia, de anúncio em anúncio, sem que nada aconteça no momento seguinte.

É verdade que todo o Governo é remodelável — e, como bem sabe, o Bloco de Esquerda quer a demissão deste Governo. Mas é incompreensível que, com as notícias que foram tornadas públicas hoje, com as declarações (quase de caricatura) que foram feitas por estes notáveis empreendedores que ganharam a concessão, não tenha havido até este momento qualquer esclarecimento por parte do Ministério da Economia.

É por isso que queremos hoje, no Plenário da Assembleia da República, que as bancadas da maioria, que avançam sempre com a ideia de que o é privado é bom, possam explicar este tortuoso processo de arruinar os Estaleiros Navais do Mondego.

Aplausos do BE.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, quero começar por cumprimentá-la pela escolha deste tema que, de facto, é de uma atualidade e de uma preocupação extrema para o nosso País.

Sr.^a Deputada, a sua intervenção diz tudo sobre a posição e a postura do Governo, particularmente do Ministro da Economia, sobre esta matéria. E diz tudo porque tem a ver com o anúncio quinzenal! De facto, o nosso Álvaro faz anúncios quinzenais, independentemente da sua aderência à realidade e, infelizmente, na maioria das vezes dão mau resultado — aliás, não são conhecidos bons resultados.

Vejamos: é um investimento de 18 milhões de euros que, afinal, não é de 18 milhões mas de 18 000 €, segundo os próprios investidores; eram para criar mais 300 postos de trabalho, para além de readmitirem 147 trabalhadores, e, afinal, são 40 trabalhadores. E, pior do que tudo, afinal, não há contratos, os privados não trazem os tais contratos fantásticos que era suposto trazerem e, para além disso, até estamos em risco de ter de resgatar novamente a concessão.

A primeira questão que coloco é se considera compreensível que, nesta altura dos acontecimentos, ainda se esteja a ponderar se vão ou não resgatar a concessão, se vão ou não ter uma nova abordagem para os Estaleiros Navais do Mondego. Mas temos mais um problema, que tem a ver com a estratégia ligada à construção naval, porque o problema não se prende apenas com os Estaleiros Navais do Mondego, também se prende com os de Viana do Castelo e toda essa atividade económica.

É ou não estranho que, sucessivamente, todas as empresas públicas ou privadas, com concessões públicas ou concessões privadas, venham a perder este mercado?

Também não lhe parece estranho, Sr.^a Deputada Ana Drago, que isto seja feito à revelia de qualquer estratégia marítimo-portuária? Foi anunciado o Plano 5+1 — que ninguém entende o que é — e, depois, acaba por fazer-se o anúncio, ora aqui, ora acolá, de iniciativas completamente avulsas! Não entendemos qual é a política que temos em matéria de concessões: é por concurso? São ajustes diretos? Como é que é?!

Qual é a legislação aplicável no entender do Governo? Porque não se entende qual é! Todos sabemos qual é a legislação, mas não sabemos qual é a que o Governo aplica nestas matérias, nomeadamente quanto à admissibilidade dos concorrentes a concurso.

Finalmente, Sr.^a Deputada, não posso deixar de perguntar se não considera estranho que, no dia em que se anuncia que vamos passar a ter o ex-Ministro Relvas, não se anuncie também que o nosso Álvaro passe a ser o ex-Ministro da Economia.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino, agradeço as questões que colocou. Creio que sublinhou todos os aspetos, que seriam caricatos se não fossem trágicos no contexto económico do País, deste processo relativo aos Estaleiros Navais do Mondego.

Penso que o problema se prende com toda a política que o Governo tem vindo a implementar, para além de que temos esta circunstância relativamente curiosa, que é a de termos, aparentemente, a manutenção em funções do Ministro Álvaro Santos Pereira, que era indicado como remodelável, antes mesmo de o Sr. Ministro Miguel Relvas, que é agora ex-Ministro, ser considerado remodelável.

Portanto, existe esta ideia de que, no Governo, a incompetência e a negligência podem sempre continua a navegar sem qualquer tipo de problema.

O Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira especializou-se numa matéria, a de fazer anúncios e, portanto, como a Sr.^a Deputada dizia, de 15 em 15 dias faz uma conferência de imprensa, um encontro, um qualquer *meeting*, em que anuncia uma coisa qualquer que provavelmente não vai acontecer. Mas, pior do que isso, mais do que não acontecer, é entregar nas mãos de empresas que não são idóneas futuros estratégicos da nossa economia.

É por isso que não consigo perceber como é que toda esta história aconteceu. Se já se sabia que esta empresa, que apareceu depois de o concurso ser lançado, que vinha de empreendimentos na área da construção civil, já tinha problemas financeiros, salários em atraso, obra que não continuava, como é que todo este processo avançou e, há três meses, o Sr. Ministro fez o seu anúncio quinzenal, exatamente com este modelo de concessão?

E, não contente com isso, o Governo convidou expressamente... Tenho comigo uma notícia que diz que a empresa que ficou com a concessão dos Estaleiros Navais do Mondego foi o único grupo português convidado pelo Governo para a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Ou seja, não havia melhor candidato do que este? Tinham de convidar exatamente este grupo!?

A estranheza é olhar, depois, para a resolução do Conselho de Ministros que estabelece quais são os critérios para a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, na qual se lê: «A respetiva idoneidade, capacidade financeira, técnica e de execução e garantias eventualmente prestadas por quem vai concorrer». Em suma, «não bate a bota com a perdigota»!

O grau de negligência que é tido neste processo é de tal maneira grave que, depois de tudo o que já conhecemos do Ministro Álvaro Santos Pereira, devo dizer que é inexplicável como é que, hoje, no contexto de tantas más notícias — temos uma boa, pequena mas razoável, que é a da demissão do Sr. Ministro Miguel Relvas —, não temos mais nada a acompanhar!?

Esta demissão é urgente para a economia portuguesa. Não podemos ter gente tão negligente, tão irresponsável à frente da economia do País!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr.^a Presidente, começo por saudar a Sr.^a Deputada Ana Drago pelo tema que nos traz, até porque ele é de maior importância para nós.

Foi a preocupação que este Governo teve para com os trabalhadores que levou à decisão de aceitar uma decisão que foi tomada no âmbito da autonomia que tem a Administração do Porto da Figueira da Foz. E quero lembrar que, como já aqui foi dito, este problema só surgiu em 2011, porque a empresa Estaleiros Navais do Mondego estava completamente falida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Lamento que as pessoas que agora vêm dizer que este Governo tomou uma má decisão, quando tiveram toda a oportunidade de tomar melhores decisões, seja de 15 em 15 dias ou com periodicidade diversa, não as tivessem tomado ao longo dos muitos anos em que estiveram no Governo e com responsabilidades nessa matéria.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Também foi no âmbito da autonomia que reconhece à Administração do Porto que o Governo entendeu como boa a decisão de adjudicar, de entregar a administração dos Estaleiros a uma nova empresa, criada ou não para o efeito — até pode ter sido criada com um fim específico. Mas, na altura, foi uma decisão aplaudida por todos, inclusivamente pelos próprios trabalhadores, e não vi (na altura em que essa decisão foi tomada) qualquer objeção por parte dos partidos da oposição; antes pelo contrário, a decisão foi aplaudida, porque garantia a viabilidade de uma empresa e dava alguma perspetiva de futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Verificou-se agora que algumas das condições que foram comprometidas não foram concretizadas.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Todas as condições!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Mas nem tudo o que nasce sobrevive e, provavelmente, estaremos aqui na presença de uma empresa que nasceu para o efeito e que não teve uma vida útil.

No entanto, esta é uma preocupação que também nos assiste e para a qual, obviamente, estamos empenhados em encontrar uma solução para futuro, porque consideramos que os Estaleiros Navais do Mondego têm um *know how* adequado e único no País. São esses trabalhadores que nos preocupam e é o bem-estar da economia, da economia do mar, que defendemos, que nos move e que, obviamente, não vai deixar-nos satisfeitos enquanto não for encontrada uma devida solução.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Maurício Marques, deixe-me dizer-lhe, de uma forma muito clara, o seguinte: este não é o momento de tentar retorcer os factos para parecer que eles possam, eventualmente, encaixar no que seria uma solução. Não é uma solução o que foi feito nos Estaleiros Navais do Mondego. Não é uma solução!

O Sr. Deputado fala-nos de uma empresa falida no momento em que o Governo estabelece uma nova concessão. E o que é que o Governo faz, quando está a governar, quando faz um concurso de concessão? Entrega essa mesma concessão a uma empresa que está falida!

Portanto, não tenha o descaramento de vir aqui falar sobre as expetativas dos trabalhadores. É óbvio que os trabalhadores querem uma solução e a oposição está aqui a dar hoje uma oportunidade às bancadas da maioria para apresentarem uma solução para a questão. O que não pode acontecer, Sr. Deputado — e peço-lhe que leia o jornal —, é que sejam feitas declarações absolutamente caricatas, como as que são dadas por esta empresa que foi escolhida pelo Governo, que fez o concurso de concessão, porque é o Governo que tem os instrumentos para estabelecer os critérios do concurso e para avaliar as garantias que são dadas por quem se apresenta ao concurso.

E o que é que aconteceu? Dizem-nos os investidores: 18 milhões de euros?! Não percebi... Não sei onde o Ministro foi buscar esse número!? Nós investimos 18 000 € — 18 000 €, Sr. Deputado?!... E 134 postos de trabalho? Não sei. Impensável, dizem os investidores.

Estamos a falar de quê? De propaganda, Sr. Deputado? É exatamente em nome da economia nacional e destes postos de trabalho que o que se pede ao partido mais votado pelos portugueses é que assuma responsabilidade. Não é aceitável que um Governo conceda os Estaleiros Navais do Mondego a uma empresa com este historial, que já toda a gente conhecia — e o Governo não conhecia?! Mas que responsabilidade, que rigor é este na gestão da coisa pública? Ou basta apenas concessionar, não interessa a quem, não interessa o futuro dos postos de trabalho, desde que o Sr. Ministro tenha uma peça no *Telejornal*, porque é o que parece!

O que se impõe, Sr. Deputado, é a responsabilização do Sr. Ministro, mas também do Sr. Deputado e da sua bancada, nomeadamente que venham dizer, perante esta história lamentável de tudo o que não pode ser feito na gestão do interesse público, na proteção do trabalho, como é possível que isto tenha corrido tão mal, como é possível que o Governo volte a contratar ou, antes, a convidar esta mesma empresa, agora, para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo! Isto tem de ser explicado e o mais rapidamente possível.

Soluções, Sr. Deputado, era isso mesmo que o senhor devia ter apresentado aqui hoje. Soluções: dizer que nenhum posto de trabalho estará em risco, que o Governo irá protegê-los, que os salários em atraso de 25 a 30 trabalhadores serão pagos.

É essa a sua responsabilidade, Sr. Deputado. Não é fingir que não está a acontecer nada, porque está!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, gostaria, cumprindo a praxe parlamentar, de lhe dar os parabéns pelo tema que aqui traz, mas, tendo em conta a linguagem que utilizou, que não me surpreende, aliás, dentro da lógica da política de urubu que o Bloco de Esquerda utiliza para estas matérias, não posso concordar com a utilização de expressões como «dolo», nem com as acusações de não cumprimento dos preceitos legais.

Sr.^a Deputada, nesta bancada não há a ideia de que tudo o que é privado é mau e tudo o que é público é bom, nem há a ideia de que os empresários portugueses são um bando de malfeitores. Não são! Nem os trabalhadores são um bando de malfeitores, nem os empresários são um bando de malfeitores — não faço esse tipo de análise.

Portanto, a Sr.^a Deputada perdeu uma boa oportunidade para se juntar, por exemplo, à bancada do CDS, que, desde julho de 2012, faz perguntas sobre os Estaleiros Navais do Mondego, e assim perceber que nós acompanhamos e estamos preocupados com esse procedimento.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

A avaliação que devíamos fazer aqui era a de saber se os mecanismos que o Estado utilizou para garantir o interesse público foram ou não todos eficazes.

A Sr.^a Deputada leu — e leu bem — a resolução do Conselho de Ministros. Discorda dela? Acha que devia ter havido mais cuidado, que a essa resolução devia ser mais densa e ter mais defesas, ou não? E esta entrega foi ou não feita por concurso? Dirá a Sr.^a Deputada: mas a empresa constituiu-se um mês antes, um dia antes, umas horas antes... E eu pergunto: atropelou algum preceito legal? É ou não normal que empresas possam agregar-se, possam juntar esforços para ganharem dimensão e capacidade para concorrerem ou preencherem os preceitos de um concurso? Acho perfeitamente normal! Dir-me-á a Sr.^a Deputada: mas havia suspeitas.

De facto, há aspetos com os quais concordo com V. Ex.^a, porque penso que temos de ser rigorosos, temos de estar atentos, temos de continuar a perceber se o Estado cumpre ou não o seu papel. Mas pergunto: onde é que o Estado falhou? Quem falha aqui é a empresa, e como a empresa falha temos hoje um problema em cima da mesa, que é preciso resolver. E temos duas soluções: ou se faz um novo concurso e, porventura, se tem mais cuidado e mais rigor na análise, ou se dá à empresa a oportunidade de cumprir com as suas obrigações. E se a empresa cumprir com as suas obrigações qual é o drama? Se a empresa cumprir os seus compromissos com os trabalhadores, com o Estado e com a perspetiva dos Estaleiros de Aveiro e da figueira da Foz, qual é o problema?

Depois, poderemos discutir aqui a estratégia para os Estaleiros, a estratégia para os portos, a estratégia para a indústria naval, mas essa é outra matéria que não temos tempo para discutir hoje. Mas o que não convém — mesmo que haja uma vontade legítima de ver o Sr. Ministro da Economia pelas costas... Aliás, o Bloco de Esquerda veria tudo, até o País, pelas costas!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Bloco de Esquerda quer outro País!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Só outro Governo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quer um País sem liberdade, sem empresas privadas, sem empresários, sem nada! É o vosso modelo, não é o nosso. Mas lá estaremos, no ato eleitoral, para discutirmos: o Bloco de Esquerda com as suas ideias, as bancadas da maioria com as suas ideias e o País escolherá quem deve governar o País, legitimamente, em liberdade e sem dramas. Eu cá estarei para o jogo democrático.

Confesso, contudo, que me custa que uma matéria, que é séria, que põe empregos em risco, que põe a economia da região e do País em risco, que merece uma avaliação serena e calma, seja discutida aqui com chavões e com a politiquice — vou repetir — de urubu, que o Bloco de Esquerda tanto faz e que prejudica não só a bancada do Bloco de Esquerda, que tem até Deputados bastante qualificados, como o interesse e a matéria de facto.

Portanto, Sr.^a Deputada, a minha pergunta é esta: o que é que o Governo fez mal nesta matéria? É ou não a empresa que falha? E o que é que a Sr.^a Deputada faria?

São estas as questões que coloco.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, obviamente, não quero colocar em causa as competências ornitológicas do Sr. Deputado, que fará as considerações que entender.

Em todo o caso, devo dizer que, se tivesse as suas responsabilidades na Comissão de Economia e Obras Públicas na Assembleia da República, hoje, ao consultar os jornais, teria telefonado a quem, eventualmente, conheça (no âmbito do Governo) para saber exatamente como é que um processo tão preocupante, em termos de negligência, de irresponsabilidade e de levandade, pôde ter sido conduzido pelo atual Governo que o senhor sustenta nesta Assembleia. É que, pelo que foi feito, de acordo com todos os dados que vêm hoje na imprensa, não é possível manter o Sr. Ministro da Economia em funções.

Não é possível ao Governo dizer que vai avançar com um conjunto de privatizações e de concessões de ativos estratégicos da nossa economia quando descobirmos que, num processo recente de concessão a privados dos Estaleiros Navais do Mondego, o Governo, pura e simplesmente, entregou essa mesma concessão a uma empresa criada à última hora, na 25.^a hora do concurso, e que tinha dificuldades financeiras.

Portanto, o Sr. Deputado devia esclarecer aqui hoje como foi possível fazer esta concessão sem garantias por parte do concessionário. Ou, se essas garantias existem, por que é que, depois do incumprimento das normas contratuais, elas não foram acionadas? Só que o senhor não veio explicar nada disso, veio dizer que é um problema da oposição. Mas não é!

O que não é normal, Sr. Deputado, é esta contradição de afirmações, isto é, termos um Ministro do Governo que o senhor sustenta a anunciar um investimento de 18 milhões de euros e o dito investidor privado (e não vamos dizer, à partida, que são todos uns malandros) a dizer que o Sr. Ministro se enganou, porque a empresa fez um investimento de 18 000 € — 18 milhões de euros e 18 000 €?! Há aqui um problema de contas que o Sr. Ministro da Economia tem de explicar, há qualquer coisa um bocadinho estranha, a não ser que seja, como diria talvez aquele recente amigo do ex-Ministro Miguel Relvas: junta 18 amigos 10 meses a vender pipocas e fica com a concessão dos Estaleiros Navais do Mondego!

É isto que é aceitável na economia portuguesa? Qualquer um, por 18 000 €, sem capacidade de investimento e sem capacidade de assegurar postos de trabalho, ficará com a concessão dos Estaleiros? É esta a forma de gerir a economia?

A sua responsabilidade e a sua seriedade, independentemente da espécie de pássaro que a sua bancada seja, tem de levá-lo a dizer, nesta Assembleia, o mais rapidamente possível, qual é a solução, para além da demissão do Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira por esta negligência grosseira, para os Estaleiros Navais do Mondego e qual é a política seguida em relação aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Caso contrário, a vossa política é só uma: dismantelar a indústria naval o mais rapidamente possível, independentemente do sangue e do desemprego que criem!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Cristóvão Simão Ribeiro, do PSD.

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todos sabemos que vivemos tempos difíceis. Sabemos bem que muitos cidadãos temem pelo seu futuro e pelo futuro dos seus filhos.

Hoje, toda uma geração encontra-se hipotecada, onerada, vergada ao peso de uma dívida que não criou, mas sabe que vai ter de pagar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — Mas que não haja ilusões: esta que é a geração mais bem preparada de sempre sabe muito bem como chegámos até aqui e sabe muito bem como e quem está a fazer tudo para nos tirar daqui.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dito isto, e porque sabemos que de diagnósticos está o País farto, exige-se a quem critica o dever de apontar estratégias e de concretizar medidas que possam ser por todos avaliadas pelo seu mérito e pela sua exequibilidade.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vamos falar do País e de uma realidade social alarmante que afeta milhares de jovens e também, infelizmente, milhares de menos jovens. Refiro-me à venda e consumo das denominadas «novas drogas». Trata-se de substâncias psicoativas que provocam dependências e distúrbios mentais, tendo já levado a várias dezenas de hospitalizações e até a algumas mortes no nosso País.

Não somos, por princípio, proibicionistas nem castradores das liberdades individuais, mas entendemos que, perante tão preocupante cenário, não pode o Estado excluir-se da sua responsabilidade e deve, antes, agir com firmeza.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — O PSD desde há muito que tem alertado para o perigo destas novas drogas, muitas delas vendidas em lojas situadas nas imediações de estabelecimentos de ensino e que cativam os jovens mais incautos com uma publicidade agressiva e enganosa, em que saquetas contendo fertilizantes de plantas são apresentadas com imagens apelativas de diabinhos sorridentes.

Trata-se de armadilhas que, prometendo novas experiências e ilusões, põem em causa a saúde física e mental, podendo mesmo levar à morte dos seus consumidores.

É obrigação, portanto, deste Parlamento, é nosso dever e é nossa responsabilidade combater este flagelo, cortando literalmente o mal pela raiz.

Por isso, apresentámos já nesta Sessão Legislativa um projeto de resolução recomendando ao Governo a aprovação de normas para a proteção da saúde pública e medidas de combate ao consumo das denominadas «novas drogas». Tudo na defesa dos jovens portugueses!

O referido projeto foi aprovado nesta Câmara com o consenso de todos os grupos parlamentares e foi publicado no passado dia 28 de janeiro como Resolução da Assembleia da República n.º 5/2013.

Aí, Sr.^{as} e Srs. Deputados, recomendámos a criação de um procedimento de suspensão provisória da comercialização de substâncias psicoativas, suspensão, essa, que deveria ser determinada por decisão urgente das autoridades; aí defendemos a atribuição de carácter prioritário à realização de ações de fiscalização sistemática às *smartshops*; aí alertámos, finalmente, para a necessidade de realização de campanhas de sensibilização para os portugueses em geral dos riscos decorrentes do consumo destas novas substâncias.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumpre reconhecer que, em tempo recorde, o Governo correspondeu a este repto do Parlamento aprovando um diploma que visa dar resposta a este problema.

Logo que a referida iniciativa legislativa do Governo entre em vigor, será proibida toda e qualquer atividade, continuada ou isolada, de produção, importação, exportação, publicidade, distribuição, detenção, venda ou simples dispensa de novas substâncias psicoativas.

Serão ilegalizadas 160 novas substâncias psicoativas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, serão estendidos ao combate a essas novas substâncias os programas e estruturas dedicados à prevenção, à reinserção social e ao tratamento dos consumidores das mesmas. Os locais que venderem as referidas substâncias serão encerrados.

Em suma, com este diploma, o Governo deu um passo importante no combate ao consumo das novas drogas e à venda de ilusões que as envolve nas impropriamente denominadas «*smartshops*».

Sobre os referidos estabelecimentos, vale bem a pena recordar as palavras do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, e cito: «Terão de procurar outro negócio que esteja de acordo com a lei. Vender substâncias que fazem mal e intoxicam os nossos jovens não poderão continuar a fazer. Seremos absolutamente implacáveis no controlo e na fiscalização.»

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A resposta que o Governo deu a respeito das novas drogas, proibindo a sua venda, é bem o exemplo daquilo que o País espera — audácia, determinação e eficácia na resolução dos problemas concretos que a juventude portuguesa enfrenta.

Adiar soluções, empurrar os problemas para a frente, vender ilusões ou propaganda fácil não tem sido o timbre desta governação. Esses tempos já lá vão há muito!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Da maioria e do Governo viu-se ação traduzida em propostas concretas e decididas, que permitirão um combate implacável a este fenómeno.

Este é, pois, o caminho: interesse nacional, convicção nos princípios e determinação nas propostas concretas.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é o nosso caminho e dele não nos desviaremos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado Simão Ribeiro, inscreveram-se, para pedir esclarecimento, os Srs. Deputados Paula Santos, do PCP, Rui Barreto, do CDS-PP, e Pedro Delgado Alves, do PS.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Simão Ribeiro, queria saudá-lo pela declaração política que trouxe hoje ao Parlamento e manifestar que o PCP, ao longo deste tempo, tem também acompanhado esta problemática, bem como um conjunto de posições que consideramos importantes para evitar o consumo destas substâncias e para pôr fim a este problema que afeta milhares de jovens no nosso País e que têm impactos muito negativos na saúde dos mesmos. Aliás, têm-nos chegado informações bastante inquietantes por parte de jovens que ficaram internados em muitos hospitais em situações verdadeiramente preocupantes.

Mas, Sr. Deputado, independentemente disto e não desvalorizando, muito pelo contrário, valorizando a necessidade de tomar medidas em relação a esta matéria, o que o PSD não pode fazer é esconder todas as decisões erradas que tem tomado em matéria de combate à toxicodependência no nosso País. O que o PSD pretende fazer, através do combate às *smartshops* e aos consumos destas substâncias psicotrópicas, é ocultar a realidade aos portugueses do desastre que está a acontecer ao nível da toxicodependência.

Sr. Deputado, o Governo alterou, destruiu, desmantelou a estratégia de Portugal no combate à toxicodependência. Uma estratégia reconhecida a nível internacional,...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... uma estratégia que deu resultados positivos no nosso País, uma estratégia que estava a ser construída com os vários intervenientes e os vários profissionais.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Aliás, o Governo contra tudo e contra todos não ouviu quem está no terreno, não quis saber da opinião dos técnicos do ex-IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência) e implementa uma nova estratégia e organização de intervenção por parte do Estado na política de combate à toxicodependência que em nada vai ao encontro daquilo que são as necessidades reais e no terreno. À semelhança do que tem acontecido noutras áreas de intervenção, o desinvestimento público é uma área também aqui marcante.

Sr. Deputado, quer em matéria das *smartshops* ou do consumo das ditas «drogas novas», quer em matéria de toxicodependência ou alcoolismo, há que intervir na prevenção, questão central que não pode ser descurada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Gostava de ouvir o que o Sr. Deputado tem a dizer e que medidas concretas pretende implementar em relação a esta matéria.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mais? Não ouviu?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É também importante dizer que, num momento de tão grave situação económica e social que vivemos no nosso País, quando aumenta o desemprego, quando se corta no subsídio social de desemprego, quando se corta no rendimento social de inserção — e estamos a falar de uma população já de si fragilizada, que está na primeira linha de despedimento e na primeira linha de entrar em situações de exclusão e pobreza —, o que faz o Governo?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

O Governo desinveste, acaba com importantes equipas de rua e com projetos que estavam no terreno para ajudar estas pessoas, o que leva a que esteja já a assistir-se a um recrudescimento deste fenómeno no nosso País.

Importava, isso sim, que houvesse alguém do PSD que viesse aqui falar do contexto em que vivemos e das consequências das suas medidas no recrudescimento da toxicodependência em Portugal.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, uma vez que o Sr. Deputado Simão Ribeiro optou por responder em conjunto a todas as questões, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Barreto.

O Sr. **Rui Barreto** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Simão Ribeiro, em boa hora nos trouxe, em declaração política, esta questão das substâncias psicoativas, uma matéria de particular importância e que não deve ser de modo algum negligenciável nem ignorável pelos agentes políticos.

Devo dizer que fui Deputado na Assembleia Legislativa da Madeira e esta matéria teve particular incidência, aliás, tem-nos preocupado fortemente. Não foi por acaso que há 15 dias discutimos aqui uma proposta da Assembleia Legislativa Regional da Madeira sobre esta matéria. E fizemo-lo não só porque é uma matéria regional e também nacional mas, sobretudo, porque na Região Autónoma da Madeira o consumo destas novas substâncias psicoativas teve uma preponderância e uma incidência invulgares. No ano passado, registaram-se 210 casos e quatro mortes, o que alertou quer os agentes políticos quer as autoridades de saúde no sentido de se fazer qualquer coisa para proibir o consumo destas novas substâncias.

Como sabe e como referiu, o problema é que estas substâncias estão normalmente muito à frente daquilo que é a legislação penal, ou seja, a sua mutação, a sua alteração molecular, está à frente da legislação sobre esta matéria.

Por isso, era importante que todos nos concentrássemos nesta matéria que é de todos e não deve ser meramente ideológica. Temos um problema e temos de encontrar soluções.

O Governo, que tem manifestado essa preocupação não só com aquelas propostas que vieram da Assembleia Legislativa Regional mas também com o projeto de resolução, criou e aprovou recentemente um diploma que versa sobre estas substâncias. É um problema grave de saúde pública que causa distorções mentais àqueles que as consomem, cria um problema nas autoridades de saúde que o devem prevenir e implica gastos que podem ser avultadíssimos na saúde, se nada fizermos.

O Sr. Deputado Simão Ribeiro, ao trazer aqui este problema gravíssimo, falou sobre matérias que estão presentes neste diploma.

Gostaria de lhe perguntar de que forma é que os jovens que hoje estão mais vulneráveis com estas substâncias, os pais que estão extremamente preocupados e as autoridades de saúde que têm aqui um papel fundamental podem ficar mais seguros, mais protegidos com o diploma que V. Ex.^a, hoje, apresentou nesta Câmara.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, começo por saudar o Sr. Deputado Simão Ribeiro pela importância do tema que traz hoje a debate. Efetivamente, é matéria que tem reunido consenso na identificação do diagnóstico e que até recentemente mereceu da parte desta Câmara, como o Sr. Deputado bem referiu, a aprovação de uma resolução com diversas indicações e recomendações sobre esta matéria e que terão sido agora concretizadas pelo Governo.

Importa, no entanto, não esquecer que muitas das medidas que estão no âmago dessa nova iniciativa já estavam em curso. Isto é, o grupo de trabalho do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), que, aliás, forneceu elementos à Assembleia quando apreciou a iniciativa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, deu-nos elementos que mostravam que estava a fazer o trabalho seguindo as etapas de análise, procurando identificar a lista de controlo temporário, procurando também fazer uma articulação com a própria ASAE no sentido da identificação, no sentido de, com os meios que hoje dispomos, como solucionar o problema.

Portanto, de certa forma, há um caminho que já estava no terreno e que, em articulação com o mecanismo europeu de alerta rápido, que também tem vindo a ser reforçado, muito tinha dito em relação a esta matéria.

No entanto, assim como se sublinhou na altura e várias pessoas o identificaram, há uma ausência de preocupação — e aqui acompanhamos também uma das perguntas que já foi formulada — quanto à estratégia no âmbito da prevenção. Quanto a isso, reiterava a necessidade de nos esclarecer, porque era o elemento mais frágil e menos evidente na resolução, quais são, efetivamente, as medidas que, no quadro da prevenção, vão ser adotadas e se, por hipótese, caminharemos, como alguns Estados europeus têm feito — o Reino Unido, por exemplo —, no sentido de criar serviços especializados para consumidores destas substâncias, em particular, para dar respostas construídas à medida do problema.

Também não esqueçamos que, no quadro da escola e no quadro onde esta educação poderia ter tido lugar, curricularmente, também hoje, é muito mais difícil fazer a inserção das medidas de sensibilização, porque também os espaços de divulgação curricular adequados para isto foram suprimidos e também lá não os encontramos.

Ao mesmo tempo, e como também já foi referido, temos um desmantelamento de uma estratégia que não só no plano orgânico mas, fundamentalmente, nas prioridades e nos recursos que vinham a ser dados e que tornaram Portugal não só elogiado pela estratégia, mas, verdadeiramente, exemplo para outros Estados, é motivo de preocupação para quem vê este desinvestimento e não o encontra aí.

Mas, concretamente, quero deixar-lhe uma dúvida, que me parece ser a mais preocupante neste contexto.

De facto, o Sr. Deputado referiu 160 novas substâncias que integram agora a lista de proibição, mas a questão, como foi referido, é que resolver o problema destas 160 substâncias não vai resolver o problema das que se seguirão e que vão ser, seguramente, manipuladas para criar, precisamente, a mesma dificuldade, se não formos capazes de, também nesta estratégia, perceber e identificar por que é que passamos para os consumos destas substâncias e, no limite, interrogarmo-nos, sem fugir ao debate, sobre a razão por que determinadas substâncias continuam proibidas, quando o seu grau de perigosidade e de adição é muito menor, empurrando muitos jovens para um consumo de drogas substancialmente mais perigosas.

Penso que não nos devemos furtar a esse debate e não se trata de uma radicalização nem nada que se pareça, trata-se de discutir e discutir significa perceber se, da forma como vamos lidar com esta estratégia, entre o binómio prevenção/repressão, mas também o reconhecimento da capacidade de escolha e de que há outras áreas que têm de ser abordadas, não estamos a fazer de menos e não temos de reforçar a nossa resposta a problemas que toda esta Câmara reconhece como válidos e importantes.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Simão Ribeiro.

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, infelizmente, aceitando, elogiando e agradecendo todas as questões que me foram colocadas, não posso iniciar a minha resposta sem a constatação de um facto objetivo. É que, mais uma vez, nesta Câmara e, mais uma vez, em relação a esta matéria, perdoem-me a expressão, «é muita parra e pouca uva».

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isso é o Governo!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — Quantos mais jovens precisam de falecer para estes senhores deixarem de dizer que temos de debater e procurar soluções?! As soluções estão no diploma que apresentámos, na iniciativa legislativa.

Mas, Srs. Deputados, deixem-me esclarecê-los quanto a uma matéria que tem de ser aqui desconstruída, que já há muito vem sendo esclarecida na Comissão de Saúde e sobre a qual os senhores teimam em dizer inverdades.

Sr.^a Deputada Paula Santos e Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é verdade que a dotação orçamental do antigo IDT e atual SICAD passou de 36 milhões de euros/ano para 10 milhões de euros/ano. É verdade! Mas também não é menos verdade que a dotação orçamental para as ARS (Administração Regional de Saúde) subiu de 101 milhões de euros para 135 milhões de euros.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade o que está a dizer!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — E também não é menos verdade que a dotação orçamental global para as matérias da toxicodependência passou de 59 milhões de euros, em 2012, para 61 milhões de euros, em 2013.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — Sabem qual é a nossa diferença? É que, para os senhores, estratégia de toxicodependência é manter um conjunto de edifícios em Lisboa, centralista, de planificação;...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não seja demagógico!

O Sr. **Cristóvão Simão Ribeiro** (PSD): — ... para nós, a melhor e maior prevenção, a melhor e maior ação nesta matéria é o reforço de verbas para a ação no terreno, precisamente onde os jovens e os toxicodependentes mais precisam delas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, deixe-me esclarecer uma outra dúvida que me colocou, relativamente ao que fazer com todas aquelas substâncias que, hoje, ilegalizamos e com as que, amanhã, tornam a ser legais. Sr. Deputado, a grande inovação legislativa deste diploma é precisamente essa. É que, com o acautelamento que fizemos, através da introdução do mecanismo de suspensão provisória, resolvemos esse problema. Toda e qualquer substância que seja denunciada, quer pelo sistema de denúncia europeu, quer pelo sistema de denúncia *online*, que o Governo vai criar, será imediatamente suspensa e serão imediatamente aplicadas sanções a quem a comercializar. Há, ainda, um outro aspeto: após um período máximo de 18 meses de verificação da sua toxicidade, todas elas integrarão, automaticamente, o regime jurídico aplicável ao controlo e tráfico de estupefacientes, previsto no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, espero tê-lo esclarecido e termino dizendo o que disse na tribuna: este é o nosso caminho, proposta a proposta, medidas e ponderadas. Não nos desviamos por vicissitudes do destino e muito menos por conversas vãs. Deste caminho não nos desviaremos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma declaração política, tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As políticas do Governo, em matéria de ciência e investigação, estão a destruir as conquistas alcançadas nos últimos anos.

O alerta não é apenas do Partido Socialista, ele vem de muitos setores da nossa sociedade. As vozes multiplicam-se.

Investigadores e cientistas dos mais conceituados do País, como Sobrinho Simões, Carlos Salema, Boaventura Sousa Santos, Elvira Fortunato, Alexandre Quintanilha, Maria do Carmo Fonseca (Prémio Pessoa 2010), apenas para citar alguns, dão conta dos perigos que a ciência está a atravessar.

Num momento de crise, quando nos devíamos mobilizar para os desafios do futuro e, justamente, continuar a «vencer o atraso científico», para construir uma economia sustentada no conhecimento e na inovação, este Governo faz o caminho contrário.

Aplausos do PS.

Portugal foi dos países da União Europeia que, na última década, mais progrediu nas diferentes áreas da ciência. Os números falam por si: triplicou o número de patentes internacionais, com provas inequívocas de competitividade; apostou em patentes relevantes e atrativas na indústria e competitivas nos mercados internacionais, com significativos impactos económicos em empresas nascentes; implementou parcerias internacionais, como o MIT, o Carnegie Mellon, entre outros; registou as maiores taxas de crescimento da Europa no número de investigadores por 1000 ativos; quintuplicou o número de novos doutorados; duplicou o número de investigadores; triplicou o investimento em investigação e desenvolvimento, no PIB, para metas europeias que se aproximavam da Estratégia 2020;...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ... criou uma rede de laboratórios associados e de laboratórios de Estado, de importância inquestionável para o País, onde se reúne um conjunto de competências de soberania e massa crítica essencial para enfrentarmos os desafios científicos e tecnológicos emergentes.

Não foi feito tudo, seguramente, mas foi feita muita, muita coisa.

Aplausos do PS.

Esta área necessita de continuidade para continuarmos a recuperar dos atrasos e mantermos o padrão dos avanços conquistados.

Portugal tinha uma coisa única: uma visão estratégica para a ciência. A investigação científica era uma marca de orgulho do País.

Pois, como diz Thomas Friedman: «As nações que não investem no futuro tendem a ser malsucedidas». Nós queremos ser bem-sucedidos, temos de ser bem-sucedidos e investir na ciência como forma de investir no futuro.

Aplausos do PS.

E, agora, o que temos? Gritos de alerta de instituições e investigadores. Alertam para os «cortes cegos» e para o subfinanciamento na ciência, que estão a matar a investigação e a colocar em perigo as instituições; alertam para a fuga de cérebros; alertam para concursos que não abrem; alertam para a incapacidade de continuarmos a atrair investigadores internacionais e os que ainda existem estarem a fugir; alertam para fusões absolutamente absurdas, como a fusão da FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) e da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia),...

Aplausos do PS.

... que levam à destruição de infraestruturas competitivas e de iniciativas pioneiras, imprescindíveis para o bom funcionamento e modernização do nosso sistema científico; alertam para os momentos de grande incerteza que a investigação e a ciência vivem em Portugal e que põem em causa todo o caminho percorrido. Alertam e alertam!

Alertam para o perigo de regredirmos. É mesmo isto! Alertam para o perigo de regredirmos e de perdermos o que já conquistámos na área da ciência.

Este é o balanço de uma governação falhada, sem visão estratégica para a ciência, sem capacidade de manter o que de melhor existe no nosso País, como bem o reconheceu o Sr. Presidente da República, no seu discurso do 25 de Abril, nesta mesma Sala, no ano passado, ao referir-se às áreas de elevado potencial de que Portugal dispõe, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis e as ciências médicas.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A crise não pode servir de desculpa para se desinvestir na ciência.

Aplausos do PS.

E não pode servir de desculpa para se desinvestir na ciência, até porque o que está em causa não é apenas o financiamento, são regras absurdas e obstáculos absolutamente ridículos que impedem a flexibilização da gestão financeira e que encontram na lei dos compromissos o expoente máximo de paralisação da atividade científica no nosso País.

O Governo garantiu excepcionar essa lei absurda para a ciência, mas, logo a seguir, recuou nessa promessa. Ou seja, os ditames do Ministério das Finanças e, também, temos de o dizer, a passividade do Ministério da Educação e da Ciência arrasam tudo, não deixam nada, absolutamente nada, nem ninguém ileso. Arrasam a estabilidade, arrasam a confiança, arrasam a possibilidade de termos algo fundamental para as nossas vidas: esperança no futuro!

Aplausos do PS.

Criam incertezas e impedem a estabilidade e estratégias de médio e longo prazo, fundamentais para o desenvolvimento da ciência. A incerteza mata a ciência!

Destruir os avanços alcançados é, seguramente, desistir do País. Nós não queremos desistir de Portugal!

Aplausos do PS.

Por isso, Portugal e a ciência precisam de um outro caminho, precisam de um outro rumo, de um caminho que volte a introduzir a esperança, de um caminho que volte a introduzir a estabilidade e a reforçar a capacidade para continuarmos a inovar e a competir com o que de melhor há no mundo, para continuarmos a lançar iniciativas pioneiras, imprescindíveis à modernização e imprescindíveis a Portugal.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada Elza Pais, inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco, do PSD, e o Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP.

Tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Elza Pais, ao ouvi-la, não posso deixar de concordar que, efetivamente, o objetivo principal deste Governo é orientar o País para um caminho de sustentabilidade e em que sejam estabelecidas regras segundo as quais o dinheiro de que se dispõe seja investido nas áreas prioritárias.

Mas, Sr.^a Deputada, tenho de lhe lembrar que o nosso País vive um período de grandes dificuldades económicas, o que significa que temos de saber fazer muito mais com menos, ou seja, ninguém, neste momento, seja em que área for, dispõe dos montantes que desejaria.

Portanto, impõe-se rentabilizar quer recursos humanos, quer recursos económicos, nomeadamente nas áreas de investigação, naquelas que são prioritárias para o Portugal de hoje e para o Portugal do futuro. Por isso, impõe-se definir quais as áreas que, em termos económicos, terão maior aplicabilidade e que se poderão também converter, em termos de futuro, em rentabilidade e emprego, porque é disto que necessitamos.

Assim, os desafios do futuro que a Sr.^a Deputada Elza Pais referiu são efetivamente enormes, são difíceis e, entre eles, estão as linhas de investigação. Ora, o que tem estado a ser pedido aos laboratórios é que as suas linhas de investigação sejam aquelas que terão maior aplicabilidade na nossa sociedade de hoje, porque é disso que necessitamos, é disso que a nossa sociedade necessita.

Temos que definir porque temos que gerir e rentabilizar os discursos disponíveis. Precisamente por causa dessa preocupação têm estado a ser investidos, nomeadamente nas bolsas e nas bolsas pós-doutoramento, montantes muito superiores àqueles que eram investidos e as candidaturas têm estado a ser analisadas em períodos muito mais reduzidos para obviar e viabilizar todas as linhas de investigação que estão a ser destacadas como prioritárias.

É isso que está a ser definido, ou seja, quais são, neste momento, as áreas prioritárias para o nosso País, porque, num período em que nos estão a ser pedidas reduções, temos, efetivamente, que ser exigentes e intransigentes na definição das áreas prioritárias.

Referiu também a FCT. Por exemplo, está a ser claramente reduzido o período de análise das candidaturas à FCT e os reembolsos e os pagamentos estão a ser acelerados, porque é isso que se impõe para viabilizar essas ditas linhas de investigação.

Quanto ao estatuto de bolseiro, a Sr.^a Deputada sabe muito bem que as alterações se arrastavam durante anos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Faça favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Este Governo está já a promover alterações ao estatuto do bolseiro, nomeadamente, como tem conhecimento, no sentido de uma maior proteção da posição dos mesmos relativamente ao comportamento dos orientandos e dos doutoramentos que estão em curso.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais, para responder.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco, muito obrigada pelas questões que colocou. Contudo, confesso que não percebi qual era o alcance que queria atingir com as mesmas. E não percebi justamente porque a maioria não tem uma estratégia para a ciência.

A maioria diz que pretende desafiar o futuro. Mas como é que se pode desafiar o futuro desinvestindo no presente? Digam-nos qual é a vossa estratégia.

Os senhores lá prometer prometem, e prometem mesmo muito. Fazem-no, desde logo, no Programa do Governo. Prometem assegurar a sustentabilidade do que de melhor se fez no País — reconhecem isso. Prometem criar condições para o crescer e para reforçar a competitividade — reconhecem isso. E também reconhecem nas Grandes Opções do Plano (GOP) que vão lançar o programa Investigador FCT que deve criar um corpo estável de investigadores de excelência.

Sr.^a Deputada, são só promessas, porque, depois, o que VV. Ex.^{as} fizeram foi destruir! Destruíram tudo o que existia!

Além disso, as vossas regras não vos permitem cumprir as vossas promessas. A lei dos compromissos é um bloqueio absoluto a tudo o que é gestão financeira nos laboratórios do Estado, nos laboratórios associados, nas universidades, em todos os sítios.

Os investigadores têm apelado de uma forma sucessiva, nas várias comissões e nos vários grupos de trabalho em que temos reunido, a que esta lei dos compromissos não se aplique à ciência. A Sr.^a Secretária de Estado da Ciência garantiu, nesta Casa, que teria já o compromisso do Sr. Ministro das Finanças para introduzir uma exceção nesta lei no que respeita ao campo da ciência e, depois, recuou. Ou seja, o Ministério da Educação e Ciência é fraco, é muito fraco!

Aplausos do PS.

É fraco nas negociações com o Ministério das Finanças e por isso não consegue fazer vingar os seus objetivos.

No que respeita à matéria do Investigador FCT, dá para rir, porque os senhores dizem que querem criar um corpo de excelência. Como é que querem criar esse corpo de excelência, Sr.^a Deputada? É destruindo tudo o que existia?

Há 1200 investigadores cujos contratos estão a terminar e que foram colocados no âmbito do programa Ciência. E para onde é que eles vão? Todos os dias recebemos *e-mails* desses investigadores, ou temos conversas com eles, em que nos dizem que vão para o desemprego. E o desemprego para os jovens cientistas é gravíssimo, porque a alternativa que têm é emigrar. E eles não querem emigrar, querem servir o País em Portugal.

Portanto, Sr.^a Deputada, o que acabei de referir não é estratégia absolutamente nenhuma.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Faça favor de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

E mais: os senhores dizem que reviram o Estatuto do Bolseiro. Olhe, tenho a dizer-lhe que antes não o tivessem feito, porque o estatuto que daí resultou é um absurdo não só relativamente às propostas e aos objetivos, mas também ao que dele se esperava.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada, faça favor de concluir.

A Sr. **Elza Pais** (PS): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Este estatuto cria dúvidas sobre a utilização das licenças de parentalidade e introduz também uma incompatibilidade entre a bolsa e a atividade docente, ou seja, põe os investigadores a darem aulas de uma forma gratuita. E isso é absolutamente incrível, pois não defende estes jovens que tanto se esforçam e que projetam a imagem de Portugal no mundo.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Elza Pais, em primeiro lugar, deixe-me lembrar-lhe que a Secretária de Estado da Ciência não disse que ia resolver o problema. Quando veio à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, disse-nos, dando a sua palavra, que o problema já estava resolvido,...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Tem razão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... desmentindo a realidade e aqueles que connosco vieram partilhar essa realidade e os constrangimentos que a lei dos compromissos impõe às unidades de investigação, aos laboratórios associados e aos laboratórios do Estado.

Sr.^a Deputada, sobre as questões concretas que nos colocou — e aproveito para lhe agradecer a possibilidade que deu ao Parlamento de as discutir —, gostava de referir algumas visões do PCP.

Como sabe, o PCP nunca entendeu que nos tempos do Partido Socialista a política de ciência e tecnologia corria sobre rodas, como se tentava dar a entender. Aliás, havia uma centralização de recursos e de atenção política nos laboratórios associados, em detrimento e em prejuízo de outras componentes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, nomeadamente os laboratórios de Estado e as universidades. Essa política também sacrificou a estratégia e abriu caminho para que o PSD e o CDS possam, hoje, com mais facilidade desmantelar o que resta do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Sr.^a Deputada, se o PS centrava a atenção política nos laboratórios associados, de facto, este Governo centra-a na total destruição de todo o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, seja dos recursos humanos altamente qualificados — e refiro-me aos técnicos, aos investigadores ou àqueles que, contando como investigadores, estão remetidos à condição de bolseiros —, seja das próprias estruturas, através do seu subfinanciamento. Enfim, é uma razia total a política deste Governo no que toca à ciência e tecnologia e à investigação e desenvolvimento.

Mas, Sr.^a Deputada, há uma coisa que o seu partido, o PS, e o PSD e o CDS nunca vão perceber: é que o problema não está só na visão que têm da ciência e tecnologia, está na visão que têm para o desenvolvimento do País.

Enquanto não se desenvolver a economia, a indústria e a produção nacional, nenhuma política precisará da ciência e tecnologia. Podem tornar a ciência e a tecnologia um adorno político, mas não farão dela um instrumento de desenvolvimento enquanto não se preconizar o desenvolvimento económico, social e cultural com base no avanço científico. Só nessa circunstância poderemos ter uma política de ciência e tecnologia que não faça da ciência um adorno de propaganda de nenhum ministério, «seja Gago, seja Crato», mas, sim, um elemento estruturante para o desenvolvimento do nosso País.

É isso que também, lamentavelmente, o anterior Governo do Partido Socialista, tal como o atual, teimam em não perceber.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais para responder.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, muito obrigado pelo conjunto de questões que colocou.

O Sr. Deputado fez, sobretudo, análises sobre o estado da ciência em Portugal com as quais me identifico não totalmente mas em grande parte. Por exemplo, temos divergências muito grandes relativamente às carreiras.

Sr. Deputado, sei que a governação socialista anterior não fez tudo, mas fez muita coisa. E não fez mais porque também não teve tempo — e não vamos recordar os motivos pelos quais não teve tempo para fazer mais. Mas uma coisa é certa: acabou de sair um *ranking* de países líderes em crescimento e inovação e

Portugal, que era líder em 2011, em 2012 perdeu a capacidade de liderança. Diz esse *ranking* que o crescimento, em 2011, era superior a 5%. Portugal deixou, assim, de ser líder em crescimento e inovação.

O Sr. Deputado disse-me que precisamos de um crescimento integrado. Claro que precisamos de um crescimento integrado, mas alguém tem que ser o timoneiro do crescimento. E por que não a ciência?

E refiro-me à ciência tal como foi desenvolvida no nosso País, com as parcerias internacionais, com a capacidade de introduzir inovação, criatividade e novas tecnologias nas empresas. Temos visitado muitos projetos por este País fora que nos dão conta disso. Era este o caminho. O caminho que hoje temos é um caminho de coisa nenhuma, é um caminho de destruição da excelência!

Sr. Deputado, penso que a esse nível temos a mesma visão: este Governo não cuida da ciência, para este Governo a ciência não existe. Só há bem pouco tempo é que o Sr. Ministro da Educação começou a falar de ciência, e fê-lo de uma forma muito genérica. Atualmente, a ciência não é uma área prioritária. É claro que para nós foi e continuará a ser uma área prioritária. Enquanto a ciência não for uma área prioritária para um país, ele terá o seu desenvolvimento comprometido.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O balanço dos dois anos desta governação tem vindo a ser feito não apenas neste fórum mas um pouco por todo o País, em reuniões que temos tido com investigadores e são eles que nos têm dado conta do perigo que a ciência corre se continuarmos a agir para com os investigadores e as instituições desta maneira.

Por vezes, não é de mais financiamento que eles precisam — já o disseram nesta Casa...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada, desculpe interrompê-la, mas corre o risco de duplicar novamente o tempo de que dispõe para responder.

Peço-lhe que conclua.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr.^a Presidente, ainda não me tinha avisado e eu não estava a olhar para o painel dos tempos, mas vou concluir.

Dizia eu que os investigadores nos têm dado conta, num tempo de crise, que o que querem não é tanto mais financiamento mas, sim, formas diferentes de gerir o financiamento que têm e, sobretudo, estratégias que permitam captar novos investimentos e receitas próprias, as quais estão absolutamente bloqueadas com as atuais regras de gestão e com a lei dos compromissos.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Achei que a tinha que salvar a Sr.^a Deputada do risco de duplicar novamente o seu tempo.

Nos termos dos n.^{os} 2 e 3 do artigo 76.^o do Regimento da Assembleia da República, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, do Partido Socialista.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há precisamente quatro décadas, no dia 4 de abril de 1973, iniciava-se, na cidade de Aveiro, o III Congresso da Oposição Democrática. Evocá-lo, hoje, neste espaço de liberdade também por aqueles congressistas conquistada, é, para um democrata, um imperativo de consciência que ganha, aliás, redobrado sentido num momento em que, induzida pela crença de alguns na pretensa inevitabilidade do caminho que trilhamos, importa exorcizar a desesperança coletiva que parece toldar a nossa capacidade de sonhar novamente um país mais solidário e justo.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Por três vezes, com a realização dos seus congressos, Aveiro significou abrigo à oposição ao fascismo em Portugal no pós-guerra. Desde logo, com os Congressos Republicanos de 1957 e 1969 e, finalmente, com o III Congresso, cuja designação — de Oposição Democrática e já não Republicano — surge por expressa recomendação do Governo, apostado em oferecer ao mundo a ilusão de uma realidade democrática em Portugal.

Com a autorização da realização de um congresso em 1973, depois de o ter negado em 1971, o Governo pretendia transmitir então ao mundo uma imagem de liberalidade do regime. Ao fazê-lo, pensara certamente poder vir a circunscrever esse acontecimento a Aveiro, à semelhança do que sucedera com os dois congressos anteriores. A cidade sofreria uma pequena perturbação nesses dias, mas logo as águas da sua ria voltariam à costumeira placidez. Rapidamente, porém, se esboroarão os planos do regime agonizante.

Na verdade, inovando decididamente face aos que o precederam, o III Congresso seria desta feita organizado de modo descentralizado. À comissão executiva, sediada em Aveiro, somavam-se agora comissões distritais, concelhias e socioprofissionais espalhadas por todo o País.

Não obstante muitas delas terem sido proibidas e presos os seus responsáveis, centenas de reuniões preparatórias, organizadas a partir dessas comissões, haviam apelado já à participação no Congresso de Aveiro com assinalável sucesso.

Surpreendido pela impossibilidade de ser este apenas mais um comício à porta fechada, o governo, em desespero, alargará a zona de contenção: não sendo mais possível encerrar os congressistas numa sala da cidade, decide encerrar a própria cidade, privando-a de comunicação com o exterior.

É assim que o parque de campismo é encerrado, autocarros são detidos fora de Aveiro, passageiros são identificados e mesmo comboios das carreiras normais são impedidos de parar em Aveiro.

Centenas de congressistas, porém, furam o bloqueio, calcorreando estradas ou atravessando os campos, sendo entusiasticamente recebidos no Congresso.

E é na manhã do dia 8, último dia do Congresso, quando centenas de congressistas decidem dirigir-se, pacífica e ordeiramente, em romagem ao túmulo de Mário Sacramento — intelectual de relevo e figura tutelar dos congressos aveirenses —, que o regime irá revelar a sua face perante a imprensa internacional.

A polícia de choque investe, com desmesurada brutalidade, com o propósito declarado de limpar as ruas, assistindo-se então a mais uma manifestação do apego das gentes de Aveiro à causa da liberdade, quando as portas dos prédios se abriam e mãos anónimas e providenciais retiravam gente que nunca antes haviam conhecido, fazendo-as refugiar-se em suas casas.

Caía, assim, com estrondo, a máscara do regime e a operação de cosmética liberalizante que pretendia orquestrar.

É bem verdade que, em 73, há muito que já ninguém, dentro de portas, alimentava ilusões quanto à possibilidade de regeneração do regime, que a subida ao poder de Marcelo Caetano havia alimentado dois anos antes. Na verdade, cedo se constataria que a prometida renovação se tinha limitado à mudança de nome de algumas das instituições do regime: a PIDE passou a chamar-se DGS, a União Nacional passou a Ação Nacional Popular, a Censura passou a Exame Prévio, e tudo o mais continuava como dantes.

E esse «dantes», é bom que lembremos — mas sobretudo que o saibamos transmitir às gerações mais novas, particularmente vulneráveis, a recorrentes tentativas de branqueamento da nossa história —, quer significar que houve uma época em que reivindicar direitos, evocar a democracia, aspirar à liberdade eram, em Portugal, delitos punidos com o cárcere, e em que a tortura daqueles que aspiravam a ser livres era, ela própria, um crime impune.

Ainda a propósito da carga policial de Aveiro, o historiador José Manuel Tengarrinha — ele próprio congressista em 73 — cita mesmo o episódio de uma jornalista suíça, que, dias antes, visivelmente contaminada pela propaganda oficial, o havia interpelado asperamente durante a conferência de imprensa inaugural do Congresso, insistindo na liberalidade de um regime que até permitiria à sua oposição a realização de um congresso. Muito maltratada pelos bastões e cães da polícia, era vê-la, na conferência de imprensa de encerramento, com a cabeça envolta em ligaduras e braço partido ao peito, declarar-se então completamente esclarecida sobre a natureza do regime português.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O saldo final do Congresso de 73, quando cotejado com os que o precederam, revelou-se verdadeiramente inovador e relevante no contexto histórico.

Desde logo, dele resultou a apresentação de um conjunto estruturado e coerente de propostas sobre as bases do Estado democrático.

Igualmente assumida pelos congressistas — e com expressiva clareza — foi a ligação entre a instauração da democracia em Portugal e o fim da guerra colonial. A estas somar-se-á também o reconhecimento do papel do desenvolvimento, enquanto suporte imprescindível duma sociedade democrática.

Três interpelações cívicas — democratização, descolonização e desenvolvimento —, que, saindo do Congresso de Aveiro em abril de 73, iriam, um ano depois, ressurgir, de forma inequívoca, no Programa do MFA.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Congresso da Oposição Democrática de Aveiro teve a ousadia de sonhar um projeto de modernidade para Portugal. A sua mensagem, aquela que perpassou em todas as teses apresentadas e discutidas, foi sempre uma mensagem de futuro. Só, pois, falando de futuro, do futuro da República, é que prestaremos verdadeiramente homenagem aos homens e mulheres que se reuniram em Aveiro, em 73.

Aplausos do PS.

Por isso, celebrar o Congresso, hoje, revisitando os valores republicanos e democráticos enquanto projeto nunca acabado de regeneração política, terá a ver com a defesa da coisa pública, com a defesa da esfera e das funções públicas, aquelas que o são por terem a ver com o interesse geral, com o interesse da coletividade no seu conjunto. Mas será também ter presente que importa, cada vez mais, questionar que Europa é esta, que hoje construímos, tão longe do projeto de solidariedade e paz que lhe deu origem?

Será também afirmar, sem quaisquer tergiversações, que o empobrecimento e o apelo à emigração não são nem nunca serão instrumentos válidos para a construção da competitividade de uma economia, do mesmo modo que será sempre eticamente ilegítimo pretender que a construção de um mercado único e aberto possa ser feita à custa da dor de legiões de desempregados ou do sacrifício de gerações.

Aplausos do PS.

Será também assegurar a sustentabilidade do Estado social.

Será lutar por um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, ao invés de propor um modelo de industrialização que o sacrifique.

Será agirmos sempre preservando a liberdade, de modo a proporcionarmos a um número cada vez maior dos nossos concidadãos uma situação que os torne menos desiguais em relação a indivíduos mais afortunados por nascimento e condição social.

Aplausos do PS.

É, enfim, ter sempre presente, como sintetizou essa figura maior do pensamento político do séc. XX, Isaiah Berlin, que «o fim último da ação política é minorar o sofrimento humano suscetível de poder ser minorado». Quando o fizermos — e sempre que o fizermos — estaremos a homenagear aqueles que, há exatamente 40 anos, em Aveiro, tiveram a coragem física e moral de se reunirem num Congresso e de sonhar um País mais justo, próspero e solidário.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — A figura regimental ao abrigo da qual o Sr. Deputado usou da palavra não dá lugar a pedidos de esclarecimento. Mas a sua interpretação extensiva, encontrando-nos Parlamento e seguindo a doutrina que a Sr.^a Presidente tem deixado, a Mesa regista a inscrição dos Srs. Deputados Maria Paula Cardoso, do PSD, Raúl de Almeida, do CDS-PP, António Filipe, do PCP, e Pedro Filipe Soares, do BE, que pretendem associar-se a esta homenagem do Sr. Deputado Filipe Neto Brandão ao 40.^o Aniversário do Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Paula Cardoso.

A Sr.^a **Maria Paula Cardoso** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Um cumprimento especial para o meu colega de distrito, Deputado Filipe Neto Brandão.

Não posso deixar de me congratular por ter trazido aqui, hoje, uma data importante para todos os aveirenses, no simbolismo que tem e no que representa para quem se sente efetivamente de Aveiro.

Aveiro é uma terra ímpar na defesa da democracia e das liberdades; Aveiro é sinónimo de liberdade; Aveiro é sinónimo de consciência democrática; Aveiro é sinónimo de cidadania plena e consciente. Em tudo que isto significa, não quero propriamente pedir nenhum esclarecimento ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, quero agradecer-lhe por no-lo ter trazido aqui e ter-nos recordado, até com algum decoro em não identificar quem foram as pessoas que faziam parte da Comissão Executiva do III Congresso Democrático, porque uma delas era seu familiar direto.

Queria deixar aqui uma homenagem concreta, pelo menos a algumas pessoas de Aveiro com as quais tive o prazer de privar e de ser amiga, e tenho ainda o prazer de ser amiga dos seus descendentes e de alguns que estão entre nós.

Não quero deixar de falar de Álvaro Seiça Neves, de António Neto Brandão, de Carlos Candal, entre outros, cujos filhos já por aqui passaram e deram o seu contributo na consolidação da democracia portuguesa.

Aveiro será sempre conhecida por uma terra de luta, de gente empreendedora, de gente batalhadora, de gente que não baixa os braços. É por essa e por outras razões que todos os que são de Aveiro se orgulham de o ser e continuaremos a lutar pela construção do nosso País, com todas as nossas forças.

Muito obrigada por esta homenagem, à qual me associo e gostaria de deixar também aqui uma palavra de reconhecimento. Muito obrigada.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl de Almeida.

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, queria dizer que me associo completamente às palavras aqui ditas, que me honro também por ser parte de Aveiro e eleito por este distrito, que a história que Aveiro nos lega e que Aveiro nos traz é uma história de muita importância, que teve marcos ao longo do seu desenvolvimento importantíssimo. Aliás, temos, aqui, neste Parlamento, a marca de José Estevão.

Como bem referiu, temos uma resistência organizada, consequente, à ditadura do Estado Novo, e aí permita-me que lembre o Dr. Mário Sacramento, alma e inspiração desses congressos, e também, depois do 25 de Abril, nos tempos mais confusos, a continuação desse espírito indomável de liberdade, de liberalismo, de abertura e de busca permanente em todos os palcos de um País mais justo.

E não será por acaso também que aqui lembro que tanto Adelino Amaro da Costa, fundador deste partido, como Lucas Pires, sempre escolheram Aveiro como espaço de liberdade, sempre evocaram Aveiro como capital do CDS e como capital da liberdade, o que muito nos orgulha.

Quanto ao resto, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, queria dizer-lhe que partilhamos também de todos os anseios, de todas as ambições e projeções para o nosso futuro que deixou daquela tribuna, e que são ambições de todos nós, nesta bancada de democratas-cristãos, e de todos nesta Casa, democratas em geral.

O nosso bem-haja, com um desafio: não deveríamos, de forma mais sistemática, mais organizada, também pela via parlamentar e nesta Casa, contribuir para a melhor preservação desta memória aveirense, deste legado aveirense para a democracia de Portugal e para Portugal?

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão: Queremos felicitá-lo vivamente por ter trazido a esta Assembleia, utilizando os 10 minutos regimentais de que dispõe, a título individual, uma evocação do III Congresso da Oposição Democrática, realizado na cidade de Aveiro, em 1973, salientando a importância que essa iniciativa teve na luta dos democratas portugueses que contribuiu decisivamente para o derrubamento da ditadura fascista em 25 de Abril de 1974.

A par também de uma enorme movimentação social, designadamente ao nível dos trabalhadores, do movimento estudantil e também da participação da oposição na fraude eleitoral de 1973, utilizando esse espaço para lutar contra a ditadura e para defender os valores da liberdade, o III Congresso da Oposição

Democrática teve, nesse quadro, uma importância fundamental. É uma iniciativa emblemática, não apenas pela riqueza de conteúdos do próprio Congresso, das suas conclusões, das contribuições que ali foram apresentadas, mas também pela repressão que selvaticamente se abateu sobre os congressistas que prestaram a sua homenagem ao túmulo de Mário Sacramento.

Este é um momento muito marcante da luta pela democracia, de defesa dos valores da democracia, e hoje, na situação difícil que o nosso país atravessa, importa que os valores democráticos sejam amplamente afirmados por todos os democratas portugueses.

Portanto, em nome da bancada do PCP, queria felicitar a sua intervenção e felicitá-lo, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, pela justa e oportuna evocação que fez nesta Câmara do III Congresso da Oposição Democrática.

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, queria dizer-lhe que o Bloco de Esquerda acompanha a sua exposição sobre uma matéria importante para Aveiro, que lavrou na História de Portugal da luta pela democracia o nome da cidade de Aveiro, e por isso também o nome do distrito de Aveiro, mas que deixou bem mais alto marcada a História do País no que respeita a momentos importantes para essa luta, feita no Congresso da Oposição Democrática, feita pelos trabalhadores, feita pelas populações.

Sendo já visível a desagregação da ditadura, lutava-se em Aveiro pela democracia e pela liberdade. Por isso, o Congresso foi o adubo daquilo que foi, depois, a Revolução de Abril, daquilo que foi a primavera que nos trouxeram a liberdade e a democracia. É bom lembrarmo-nos, porque quem tem História garante o seu futuro. E é bom lembrarmo-nos, na História, daquilo que construiu esta democracia, daqueles que perderam a vida lutando pela liberdade e daqueles que ganharam muitas outras vidas ao ganharem essa liberdade.

Aveiro marcou nos livros da História este momento, e muitos vivem ainda hoje na sua memória as experiências desses dias.

Da parte do Bloco de Esquerda, termino como comecei, ou seja, reforçando os votos pela liberdade, pela necessidade contínua de aprofundamento da democracia e pelo espírito republicano de haver a capacidade de cada pessoa dizer aquilo que lhe vai no espírito, aquilo que lhe vai na ideia, aquela voz que cada um e cada uma de nós tem e que ninguém pode calar.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr.^a Presidente, regimentalmente competir-me-ia a palavra. Nenhuma questão me foi dirigida, não obstante quero agradecer as intervenções de todos os Srs. Deputados.

Em concreto, quero dizer à Sr.^a Deputada Maria Paula Cardoso, que fez uma referência à comissão executiva, que deliberadamente entendi não o fazer por entender que tal seria injusto em relação a todos aqueles que anonimamente — e muitos deles com particulares sacrifícios — tiveram a coragem, física e moral, de estarem em Aveiro nesses dias e assim darem o seu testemunho e o seu sacrifício em nome da liberdade.

Sr.^a Presidente, a República já reconheceu a Aveiro pergaminhos no combate pela liberdade através do ex-Presidente da República Jorge Sampaio, que distinguiu Aveiro com a Ordem da Liberdade, com fundamento precisamente nos congressos republicanos.

Queria terminar a minha intervenção com as palavras de um grande poeta e escritor português, Miguel Torga, que tem a particularidade de ter estado presente em todos os congressos de Aveiro. Eis as palavras com que ele então se dirigiu, no seu *Diário*, a Aveiro: «Gosto desta terra (...) Entra-se nela, e respira-se de outra maneira. O peito oprimido enche-se dum oxigénio imprevisto e generoso, ainda nativo, e já com todo o iodo tónico do largo. O iodo tónico da Liberdade». É verdade que se respira de outra forma em Aveiro.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia de hoje, que consiste na discussão conjunta dos projetos de resolução n.ºs 591/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo medidas de valorização dos serviços hospitalares do Centro Hospitalar do Oeste e do Hospital Termal das Caldas da Rainha (PSD e CDS-PP), 662/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo a suspensão da reorganização hospitalar no Oeste e a criação de um grupo de trabalho que integre as autarquias locais e as associações de utentes (BE), 665/XII (2.^a) — Pela suspensão do processo de «reestruturação dos cuidados hospitalares» no Oeste e a defesa dos serviços e unidades hospitalares da Região (PCP) e 667/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que promova medidas tendentes à otimização dos cuidados de saúde hospitalares na Região Oeste Norte (PS).

Para apresentar o projeto de resolução do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Conceição Pereira.

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na portaria que cria o Centro Hospitalar do Oeste (CHO), o Ministério da Saúde justifica a sua criação com o Programa do Governo, que prevê para a área da saúde uma reorganização da rede hospitalar, reorganização que aconteceu no Oeste e noutros pontos do País.

Claro que esta reorganização deve melhorar a capacidade da resposta instalada e a eficiência na prestação dos cuidados de saúde às populações.

Lembremos aqui que o CHO deu lugar ao Centro Hospitalar do Oeste Norte (CHON), criado em 2009 — para cuja criação, também é bom dizer, nem autarcas nem populações foram ouvidos —, o qual tinha como área de influência os concelhos das Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral e Alcobaça, servindo uma população de mais de 200 000 habitantes.

Este centro hospitalar veio a acumular, no final de 2011, uma dívida que rondava os 54 milhões de euros, com a consequente dificuldade de pagamento aos fornecedores, dessa forma colocando em risco a aquisição de medicamentos e de outros materiais imprescindíveis. Por outro lado, era recorrente a contratação externa de profissionais a custos muito elevados sem que a população sentisse uma melhor rentabilidade do serviço prestado.

A partir do momento em que foi conhecida a reorganização hospitalar do Oeste, quer os autarcas, quer a população, quer os utentes movimentaram-se e iniciaram um amplo diálogo com o Ministério da Saúde. Esse diálogo deu bons frutos, sendo que neste momento podemos aqui assegurar que a população de Alcobaça e da Nazaré passam a ter como hospital de referência o Hospital de Santo André, em Leiria. Este foi um desejo manifestado quer por autarcas quer pela população em geral destes concelhos.

Também foi manifestada, várias vezes, a necessidade da manutenção da urgência básica em Peniche, tendo em conta as características e a vida económica daquele concelho, bem como da manutenção do maior número de especialidades nos hospitais das Caldas da Rainha, Peniche e Alcobaça. Este foi um dos pontos da discussão.

É bom que se saiba que quer os autarcas quer a comissão de utentes têm reunido várias vezes neste período, e após a publicação da portaria, com o Conselho de Administração. Aliás, também nós, Deputados eleitos pelo círculo de Leiria, temos tido reuniões com o Centro Hospitalar do Oeste, nomeadamente com o Presidente do Conselho de Administração, a fim de acompanhar esta situação, havendo, como é natural, pontos convergentes e pontos divergentes.

Ao prever-se a concentração de várias valências no Hospital das Caldas da Rainha não podemos deixar de pensar no alargamento.

Foi prometido pelo Partido Socialista um hospital novo para o Oeste e, posteriormente, um alargamento, mas tal não aconteceu. Devemos aqui lembrar que quem realizou a primeira fase do alargamento, há quase duas décadas, foi o PSD, foi um governo do PSD; provavelmente, terá de ser também o PSD a realizar a segunda fase de alargamento.

Mas não podemos deixar de lado aquilo que é a génese das Caldas da Rainha, o seu hospital termal e o seu património. Neste momento, podemos dizer que o Ministério da Saúde, ao longo dos tempos, não tem sido

um bom gestor, aliás, basta olharmos para o seu património degradado e para o encerramento do seu hospital.

Por isso, compreendemos a preocupação de autarcas e da população, que querem ver uma luz ao fundo túnel, uma resolução para a abertura do hospital, sendo que estamos a pouco mais de um mês da comemoração do feriado municipal, que significa precisamente a reabertura do seu hospital termal.

Por isso, no projeto de resolução plasmamos estas nossas preocupações, tal como, de certa forma, o faz o projeto de resolução do Partido Socialista. Não poderemos acompanhar da mesma forma os restantes projetos de resolução, apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, pois preveem uma suspensão imediata desta reorganização.

VV. Ex.^{as}, provavelmente, desconhecem o muito trabalho que os autarcas e as comissões de utentes têm feito neste sentido. Quando temos, neste momento, sobre a mesa várias propostas que apontam para uma resolução quer quanto ao hospital termal quer quanto ao seu património, o PSD não pode, de maneira nenhuma, acompanhar os vossos projetos de resolução.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para fazer a apresentação do projeto de resolução da autoria do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A reorganização hospitalar do Oeste é mais um exemplo, e um bom exemplo, da ação do Governo para desmantelar o Serviço Nacional de Saúde.

O encerramento dos serviços origina menos acesso, menos saúde e mais dificuldades para as populações. É isto que as populações, as comissões de utentes, os autarcas e os profissionais de saúde têm dito sobre esta reestruturação hospitalar. Não vamos ignorar aquilo que está à vista de todos: é isto que têm dito!

O PSD e o CDS apresentam-nos um projeto de resolução — e acabámos de ouvir a Sr.^a Deputada Maria Conceição Pereira dizer que não vão acompanhar os outros projetos de resolução —, mas, Srs. Deputados, trata-se de um projeto de resolução que não diz nada. Vamos ver, em concreto, o que é que ele propõe e o que é que resolve.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Diz que fará sol se não chover!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Resolve uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Assim não vamos lá, Srs. Deputados!

Podemos fazer aqui grandes e rigorosos discursos sobre a importância do Hospital Termal das Caldas da Rainha, sobre a necessidade de atender àquilo que diz a população, sobre as inúmeras reuniões que têm sido feitas, mas, Srs. Deputados, o mínimo que se pede é qualquer coisa de concreto. Pede-se qualquer coisa de concreto e não evasivas!

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda é muito claro no seu projeto de resolução. Aquilo que propomos vai, sim, ao encontro daquilo que quer as populações, quer as comissões de utentes, quer os autarcas, quer os profissionais de saúde propõem.

Em primeiro lugar, propomos a suspensão da reorganização hospitalar do Oeste — é possível fazê-lo, porque essa reorganização não está completa sequer, Sr.^{as} e Srs. Deputados. E porquê? É que o PSD diz, no seu projeto de resolução, que, certamente, a pretensão do Governo referente à reorganização «(...) não pode, de forma alguma, colocar em causa a qualidade da prestação dos cuidados de saúde às populações em geral», aludindo também ao que foi assinado com a troica. O problema é que esta reorganização põe mesmo em causa os cuidados e a prestação de cuidados de saúde às populações. Esta é a realidade! Este é o busílis da questão, Srs. Deputados!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Põe em causa o acesso aos cuidados de saúde das populações!

Deixemo-nos de questões vagas. Estamos a falar de um bem essencial, vamos ao concreto dos problemas. Por isso, propomos a suspensão imediata da reorganização hospitalar do Oeste, e é possível fazê-lo.

Propomos também a criação de um grupo de trabalho para analisar a reorganização hospitalar, que deve obrigatoriamente integrar — não é só ouvir! — as autarquias,...

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Já integram!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — ... as associações de utentes e as organizações dos profissionais de saúde. Não é serem ouvidos, é integrarem, serem parte efetiva da reorganização.

Por último, Sr.^{as} e Srs. Deputados, propomos a manutenção do Hospital Termal das Caldas da Rainha como unidade pública integrante do Serviço Nacional de Saúde. Há problemas com este hospital? Há, sim senhora. É preciso fazer obras? É preciso ver a sua estratégia para o futuro? É, sim senhora. Mas tem de ser dentro do Serviço Nacional de Saúde. Ou vamos agora deitar fora, entregar aos privados um património de História, de séculos? E não só, pois é um bem essencial, um hospital que presta um serviço como mais nenhum outro! E, depois, dizem-se os Srs. Deputados defensores do desenvolvimento das suas regiões... Com franqueza!

É preciso um pouco mais. É preciso, e as populações assim o exigem, clareza, objetividade e medidas muito concretas. É nessa postura que está o Bloco de Esquerda.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, para uma intervenção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP não desiste de intervir, de propor e de defender medidas e uma política diferente para a rede de cuidados hospitalares na região Oeste e no distrito de Leiria, e não desiste de lutar por outra política e por uma mudança a sério para a região e para o País.

A questão do processo de reestruturação hospitalar para o Oeste já dura há muito e já deu demasiados problemas e preocupações para a população. O problema de fundo é o de um processo que começou mal e que não deve prosseguir.

Quando se fala, aqui, do muito trabalho que já foi feito pelas comissões de utentes, pelos profissionais de saúde, pelas autarquias, é preciso dizer que o trabalho e a luta que se tem desenvolvido no terreno, e que nós queremos valorizar e saudar vivamente, vão no sentido da afirmação de uma exigência prévia, que é a da suspensão deste processo, para que se ponha um ponto final, para que se arrepie caminho,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e depois, aí sim, desencadear um novo processo, com seriedade, de uma forma democrática, participada, não começando pelo objetivo final, que é o de encerrar serviços e unidades, que é o de colocar as pessoas com hospitais de referência mais distantes das suas localidades, etc.

O que consideramos incompreensível, e até insultuoso, não é apenas que, quer a maioria, quer o próprio PS, venham tecer loas e agarrar-se ao pacto de agressão com a troica, o famoso Memorando de Entendimento, procurando justificar o injustificável, que é a política de degradação do SNS que essa governação e esse pacto prosseguiram. Isso consta do texto de ambos os projetos e não podemos acompanhar esses considerandos, mas estávamos disponíveis — e estamos, até ver — para uma discussão séria, em sede de comissão, para que as matérias da parte deliberativa, da parte resolutive, de vários documentos, que estão em conjunto, possam ser agregadas num documento comum, por exemplo, no sentido de que as questões que colocamos com ênfase, tal como a defesa do hospital termal no quadro do SNS e também a defesa da manutenção dos serviços de urgência básica no hospital de Peniche, constem do texto da Assembleia

Defendemos igualmente que haja o contributo da parte de outros textos, por exemplo, quanto à questão que é colocada, e que acompanhamos, relativamente ao problema do hospital de Alcobaça. Essas matérias podem e devem ser agregadas e discutidas com seriedade.

Mas não é sério, Sr.^a Deputada Maria da Conceição Pereira, que se venha aqui colocar a questão de baixar à comissão estes projetos sem votação, por 15 dias, para fazer essa discussão, havendo, à partida, a sentença de que os outros projetos vão ser recusados. Isso não é debate democrático, Srs. Deputados!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exatamente! Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa postura do PSD tem de ser condenada, porque o projeto que o PSD apresenta é um projeto que diz — desculpem a expressão — que fará sol se não chover, ou seja, não diz nada, é um projeto minimalista que apresenta promessas quanto ao debate mas que, na parte resolutive, nada diz, não resolve o problema que este mesmo debate vem suscitar.

O problema que este debate vem suscitar, antes de mais, coloca a questão de fundo de um processo que tem de ser interrompido, de uma nova situação que tem de ser colocada de uma forma participada, democrática e eficiente, do ponto de vista das políticas de saúde, respondendo aos problemas das populações e não agravando esses problemas e, depois, do ponto de vista concreto da realidade daquela região, tem de responder às situações colocadas nas Caldas da Rainha, em Peniche, em Alcobaça, quanto ao problema de fundo do Serviço Nacional de Saúde e à manutenção dos seus serviços e unidades, de forma integrada, no quadro do SNS.

É esta a posição que defendemos, é esta a posição que tem sido vincada, com muita clareza, pelas populações, pelos utentes da saúde, pelos profissionais e até por muitos autarcas, em ações de intervenção e de luta que queremos aqui saudar. É que este processo só ainda está neste pé porque as pessoas se organizaram e foram à luta; senão, isto eram «favas contadas» e estava resolvido há que tempos!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Repito: só estamos aqui a discutir isto porque as pessoas se mobilizaram e foram à luta.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem lembrado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E é com a luta das populações que também esta tática do PSD e do CDS e deste Governo poderão ser derrotadas, porque não vale a pena enganar as populações com promessas vazias, trazer à Assembleia um projeto que nada diz, abrir a hipótese de uma discussão, sem votação, por 15 dias, dizendo, à partida, que todos os outros projetos vão ser recusados. Nesse plano e nesse esquema, não entraremos e não concordamos com essa atitude. Por isso, valorizamos a luta das populações, sim!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Paulo Pedrosa, do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Pedrosa** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O PS apresenta este projeto de resolução porque o processo de reestruturação dos hospitais do Oeste se tem vindo a revelar uma grande trapalhada, com graves prejuízos para cinco concelhos do distrito de Leiria e alguns concelhos do distrito de Lisboa, para mais de 200 000 pessoas que são utentes destes hospitais e são afetadas.

É bom recordar — e saudava a vinda do PCP e do BE a esta perspetiva — que, no Governo anterior, o PS defendia o CHON, que era o Centro Hospitalar do Oeste Norte, com o hospital das Caldas da Rainha a funcionar em pleno, o de Alcobaça a funcionar em pleno e o de Peniche a funcionar em pleno.

O que acontece neste momento? Sr.^a Deputada Conceição Pereira, penso que tem andado distraída relativamente a esta matéria. A perspetiva e a proposta deste Governo quanto à transformação de um centro

hospitalar do Oeste é a seguinte: quanto a Caldas da Rainha, reduzir para metade as valências de metade do hospital das Caldas da Rainha e entregar a outra metade aos hospitais de Loures e de Torres Vedras; quanto a Peniche, encerrar o serviço hospitalar de Peniche; quanto a Alcobaça, há todos os dias uma perspetiva negra, pois todos os dias perde valências: atos médicos, pessoal médico, exames complementares de diagnóstico.

Em 2012, foi inaugurada uma nova unidade cirúrgica e de internamento no hospital de Alcobaça, que estava a responder às listas de espera. Neste momento, só funciona duas vezes por semana e os doentes estão a ser referenciados para o hospital das Caldas da Rainha, com total desperdício de dinheiros públicos; no que respeita a exames complementares de diagnóstico, que eram feitos numa concessão a um privado em frente ao hospital de Alcobaça, neste momento, as pessoas são transportadas de táxi e de ambulância, pagos pelo erário público, para o Hospital do Montepio, nas Caldas da Rainha. Portanto, uma total trapalhada e um total desperdício de dinheiros públicos. Se não fosse a qualidade, o brio e a abnegação dos trabalhadores e dos recursos humanos do hospital de Alcobaça, aquele hospital, hoje, praticamente, já não servia nenhuma população.

Mas mais grave do que isto é que foi decidido que os utentes do concelho de Alcobaça faziam referência para o Hospital de Santo André, em Leiria, e neste momento não fazem parte do processo de reestruturação dos hospitais de Peniche, Caldas e Torres Vedras e também não pertencem ao de Leiria. Portanto, neste momento, as populações de Alcobaça estão completamente desprotegidas de cuidados médicos hospitalares. Disse o presidente da câmara, ontem, em declarações: «Ah, eu também não percebo por que é que isso está assim. O Governo e a câmara já decidiram que é para os doentes e os utentes irem para o Hospital de Santo André». Portanto, é uma total trapalhada o que se está aqui a constatar.

O que dizemos do nosso projeto de resolução é que é urgente que se faça a referência dos utentes dos concelhos de Alcobaça e Nazaré para o Hospital de Santo André, porque, de outra forma, temos aqui um grave problema de atendimento e de cuidados de saúde.

Aquilo que o PS exige — e é aquilo que mantém, foi sempre a sua posição — é que haja a manutenção das valências do hospital das Caldas da Rainha, que, neste momento, estão a ser subtraídas para Loures e Torres Vedras; que se faça o aproveitamento do hospital de Peniche, como estava previsto, nomeadamente, do serviço de ortopedia do centro hospitalar, que era para passar todo para Peniche, e a imediata referência dos doentes relativamente ao hospital de Alcobaça.

Este processo do PSD e do CDS é uma autêntica trapalhada, e temos de concluir que o PSD — que é hegemónico naquela zona — e o CDS não têm peso político para influenciar a decisão do Governo relativamente a esta matéria.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Já agora, termino dizendo o seguinte: uma vez que ontem foi notícia nacional que os Deputados do PSD, na comissão, com a presença do Sr. Ministro, passaram o tempo a elogiar o Ministro por medidas falsas que não tomou,...

Aplausos de Deputados do PS.

... era bom que aproveitassem o tempo para elogiar o Ministro por resolver os problemas concretos que, neste momento, existem.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira, de Os Verdes.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Creio que não é necessário grande esforço para se perceber que os motivos que moveram o Governo relativamente à criação do Centro

Hospitalar do Oeste não foram pautados por critérios clínicos nem tiveram como objetivo facilitar a acessibilidade dos utentes à saúde ou melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados às populações.

O que moveu o Governo nesta pretensão, como noutras, foram critérios exclusivamente economicistas, porque os números continuam, infelizmente, a mandar na nossa saúde e as consequências são mais do que evidentes: diminuição dos serviços, dos meios e das valências e o enfraquecimento acentuado da capacidade do serviço de saúde prestado às populações.

De facto, a criação do Centro Hospitalar do Oeste, que implicou a extinção do Centro Hospitalar de Torres Vedras e do Centro Hospitalar do Oeste Norte, foi mais um elemento de perturbação no já sinuoso percurso que a reorganização hospitalar do Oeste tem vindo a conhecer, uma reorganização que juntou as populações, as comissões de utentes, as autarquias locais e os próprios profissionais dos respetivos serviços hospitalares na sua mais firme contestação, uma contestação visível nas inúmeras ações promovidas tanto nas Caldas da Rainha como em Peniche e em Torres Vedras mas também nas petições que fizeram chegar à Assembleia da República.

Uma contestação que também foi visível nas várias moções aprovadas pelos vários órgãos autárquicos, que chamam a atenção para as gravosas consequências que esta reorganização representa para as populações no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde.

Também o Conselho Distrital do Oeste da Ordem dos Médicos, que, aliás, nunca foi ouvido neste processo, defende a manutenção de urgências médico-cirúrgicas nos hospitais de Caldas da Rainha e de Torres Vedras.

A nosso ver, a proposta de reestruturação hospitalar do Oeste não serve as populações nem vem facilitar o acesso das pessoas aos cuidados de saúde. Pelo contrário, representa mais uma perda substancial no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde por parte das populações.

Neste sentido, naturalmente que Os Verdes consideram que se impõe, antes de mais, a suspensão da reestruturação dos cuidados hospitalares do Oeste, mantendo-se tanto os serviços como as valências das respetivas unidades; que se impõe a manutenção da urgência básica no hospital de Peniche, mas também que o Hospital Termal das Caldas da Rainha continue integrado no Serviço Nacional de Saúde, e, por fim, que o Governo analise a reorganização hospitalar do Oeste em conjunto, nomeadamente, com as comissões de utentes, as autarquias locais e as organizações dos profissionais de saúde.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para concluir este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Isaac.

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como sabem, o Centro Hospitalar do Oeste foi criado através da fusão do Centro Hospitalar do Oeste Norte com o Centro Hospitalar de Torres Vedras.

Para a criação do Centro Hospitalar do Oeste, a ARS de Lisboa e Vale do Tejo elaborou uma análise criteriosa da situação dos cuidados de saúde hospitalares na região Oeste, tendo em conta as dificuldades sentidas pelas administrações dos hospitais na contratação de profissionais de saúde e a necessidade de potenciar o recrutamento dos recursos disponíveis, humanos e financeiros,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É muito difícil contratar profissionais!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — ... de modo a responder com qualidade à procura de cuidados de saúde das populações.

Sabemos que o grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde está a estudar, com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, a reorganização hospitalar do Oeste com todo o cuidado e atenção. Confiamos que qualquer decisão que venha a ser tomada, sê-lo-á na base da melhor evidência científica.

Naturalmente, e como não podia deixar de ser, estão aqui tidos em conta os perfis existenciais de cada um dos hospitais, os recursos humanos disponíveis e a população a ser abrangida por cada um deles.

Risos do Deputado do PS João Paulo Pedroso.

O Sr. Deputado está a rir-se porquê? Por terem feito a promessa? É que assim o assunto estava resolvido, Sr. Deputado! Sabe porquê?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Se tivessem cumprido a promessa de construir o Centro Hospitalar do Oeste Norte, o problema estava resolvido! Nem estávamos aqui a organizar os serviços! Portanto, o senhor não pode vir aqui rir-se daquilo que prometeu e não fez.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois é!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — E agora estamos aqui para resolver esse problema.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Sr. Deputado, deixe-me dizer que concordo que, em conjunto com todos os outros grupos parlamentares, devemos resolver isto. Não estou contra nenhum projeto, quero é o assunto resolvido, e todos temos uma palavra a dizer. Não tenho dúvidas disso! Estamos aqui para ouvir tudo e todos, como sempre o fizemos — repito, como sempre o fizemos. Ao contrário do que muitos Deputados têm dito aqui (e não é verdade!), nós ouvimos, ouvimos!

Estive no Congresso do Oeste, para onde todos foram convidados — quem quis estar presente, esteve, quem não quis, não esteve —, onde tudo isto foi debatido. Os utentes, os profissionais de saúde, os presidentes de câmara, todos têm sido todos ouvidos nesta reorganização, toda a gente o sabe!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Afinal, em que é que ficamos?!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Acho que todos, em conjunto, podemos realmente encontrar uma melhor solução, mas há uma coisa que não podemos fazer, que é parar. Não se pode dizer: «pare-se aqui, não se faça nada». Não, já foram dados os primeiros passos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para pior já basta assim!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Aliás, foi tendo em conta aquilo que aconteceu na Nazaré e em Alcobaca, após ouvir as populações e os seus dignos representantes, que isto passou para o hospital de Leiria. Foi a pedido das populações.

Protestos do Deputado do PS João Paulo Pedrosa.

Sr. Deputado, já viu alguma obra ser feita sem causar incómodos? Evidentemente! As obras só são bonitas no fim, depois de feitas. Até lá, causam incómodos, evidentemente! Sr. Deputado, isso é natural.

O que quero dizer com isto, Srs. Deputados, é que se resolvermos debater este assunto fazendo baixar os diplomas à comissão, sem votação, durante 15 dias, todos serão bem-vindos a essa discussão.

Mas deixem-me dizer que, quanto ao Hospital Termal das Caldas da Rainha, estou totalmente à vontade para falar. Acreditem, Srs. Deputados, estou farto de ouvir a mesma história, que é a história de há 500 anos, da Rainha. E o Hospital continua a perder os seus utentes, que passaram de 8000 para, atualmente, 1500.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, resolvam o problema!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Nós vivemos na cidade de Caldas da Rainha, que foi construída à volta daquele Hospital, e toda a gente está preocupada com isto, Srs. Deputados. Mas a solução não passa por este Hospital ficar na mão do Governo, dos vários Governos. Quanto ao Serviço Nacional de Saúde, sim,

concordo convosco. Mas a gestão dos vários governos desde há trinta e tal anos destruiu o Hospital Termal das Caldas da Rainha, o Hospital mais antigo do mundo, com águas diferentes de todas as outras!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, mas é para ficar no SNS ou não?!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Quero uma gestão que traga o Hospital de volta. Os caldenses querem uma gestão que traga o Hospital de volta e que dê vida ao comércio, àquela cidade.

Os senhores podem acenar que não com a cabeça, mas façam essa discussão dentro daquele concelho, oiçam as populações e verão que têm de mudar de atitude e de rumo nessa questão.

Oiçam as populações, que nós também vos ouvimos e às populações.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sobre a condução dos trabalhos?

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Sobre a discussão que acabou de ter lugar.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Mas é uma interpelação?

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Exatamente.

Queria solicitar à Sr.^a Presidente que a Mesa, providenciasse a distribuição de um comunicado do qual o PSD já deu conhecimento, através da imprensa, sobre informações falsas, como referiu o Sr. Deputado João Paulo Pedrosa, porque parece-me que quem anda um pouco distraído é o Sr. Deputado. Não são informações falsas e os elogios ontem feitos ao Sr. Ministro da Saúde têm a sua razão de ser.

Agradecia, pois, que esse comunicado fosse distribuído a todas as bancadas.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Assim será feito logo que a Sr.^a Deputada faça chegar à Mesa o referido comunicado.

Srs. Deputados, segue-se a discussão, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 352/XII (2.ª) — Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6% (BE), 381/XII (2.ª) — Revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro, rejeitando que a eletricidade e o gás natural estejam sujeitos à taxa máxima de IVA, recolocando-os na Lista I anexa ao Código do IVA à taxa reduzida (Os Verdes) e 386/XII (2.ª) — Cria taxas de IVA de 6% aplicáveis aos consumos de eletricidade e de gás natural e revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro (PCP), conjuntamente com o projeto de resolução n.º 666/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que pondere a aplicação da taxa intermédia (13%) do IVA sobre a eletricidade e o gás natural (PS).

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tendo plena consciência de que hoje a agenda política transcende um pouco a nossa agenda parlamentar, e percebendo bem esses entusiasmos, de um lado, ou tristezas, do outro, queria, contudo, chamar a atenção dos Srs. Deputados para os projetos que os diferentes grupos parlamentares apresentam aqui, esta tarde, sobre o IVA da eletricidade.

O Bloco de Esquerda apresentou esta proposta e fica particularmente satisfeito por diferentes bancadas terem seguido esta iniciativa — o Partido Socialista, enfim, um pouco mais atrás e um pouco menos além, propondo apenas a taxa intermédia para o IVA da eletricidade —, porque nos parece que a questão dos

preços da eletricidade e do peso incomportável que esses preços representam hoje para as famílias portuguesas deve ser uma das matérias que este Parlamento deve acompanhar com todo o cuidado.

É bem conhecido que, no contexto da aplicação do Memorando de Entendimento, ficou estipulado que deveria haver um aumento do IVA relativo ao setor da energia e, em particular, ao setor da eletricidade e do gás natural. E o Governo entendeu, nada mais, nada menos, quase quadruplicar aquilo que é a carga fiscal do IVA na fatura da eletricidade das famílias portuguesas.

Sabemos igualmente que não apenas a política fiscal — enfim, este saque fiscal lançado pelo Governo, — mas também a política económica, a política de rendimentos, toda a política do Governo, tornam o peso da fatura da eletricidade na vida das famílias ainda mais pesado, num contexto de retração do rendimento da maior parte dos portugueses.

É, portanto, sobre os efeitos desta medida que temos de discutir. As histórias já se multiplicam, Sr.^{as} e Srs. Deputados: famílias que estão a braços com contas que não conseguem pagar, de muita gente que já vive à luz da vela, de idosos que não ligam o aquecedor durante o inverno por causa do efeito nas suas despesas.

Portanto, temos hoje uma situação dramática naquilo que é o acesso a um bem essencial.

Creio que é isso que devemos discutir. Os diferentes patamares estabelecidos para o IVA não são medidas arbitrárias; eles estão definidos exatamente em relação ao bem que procuram taxar.

Ora, gostaria que alguma das bancadas da maioria nos desse aqui alguma justificação para que a eletricidade seja considerada como um bem de luxo sendo taxado a 23%, quando sabemos que nenhuma família, hoje, pode viver sem eletricidade, que ela é determinante no quotidiano das nossas vidas e que, portanto, tem de ser taxada exatamente como é, como um bem essencial e, portanto, no escalão reduzido de IVA.

Até porque os resultados do Governo mostram bem o que é o desastre das políticas seguidas: ao contrário do que o Governo previa, o aumento do IVA tem conduzido exatamente a uma redução das receitas do IVA para o Governo.

Assim sendo, estamos a seguir uma estratégia suicidária não só para as famílias mas também para a receita pública.

É por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que fazemos aqui uma proposta que entendemos ser da maior justiça: a reposição da taxa dos 6% no IVA da eletricidade, que é fundamental para todas as famílias em Portugal.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Verdes apresentam, hoje, um projeto de lei que visa repor a taxa do IVA da eletricidade e do gás natural na taxa mínima.

Não é uma proposta inédita por parte de Os Verdes, porque já a tínhamos apresentado aquando da discussão e da apresentação de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2013, tendo sido rejeitada pela maioria.

Os Verdes reapresentam agora este projeto de lei com a convicção de que a situação se agravou bastante desde essa data até agora e que essa difícil realidade pode já ter contribuído para se abrirem algumas consciências relativamente à necessidade absoluta de se alterar esta matéria, no sentido da insustentabilidade de a eletricidade e do gás se manterem na taxa máxima do IVA, a 23%, e à necessidade de ser reposta nos 6%.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O aumento do IVA — que já veio do Governo anterior —, designadamente para a taxa máxima, já demonstrou há muito tempo ter sido um erro crasso. Trata-se de um erro crasso com implicações sociais e económicas bastante notórias e graves. Estamos num momento em que a taxa máxima do IVA atinge os 23%. E já se percebeu que este aumento não teve reflexo no aumento da receita global do IVA. Ou seja, as pessoas pagam mais IVA e o que acontece é que a receita global desce. E desce porquê? Porque a economia fracassa. E quando a economia fracassa as pessoas deixam de ter poder de compra, não podem ser agentes dinamizadores da economia e as empresas não têm dinamização económica.

Portanto, estas medidas tiveram um efeito absolutamente perverso e contrário àquele que tinha sido anunciado.

Vamos ver uma coisa: fixou-se a taxa mínima do IVA, neste momento a 6%, para os bens essenciais. Ora, gostava de saber se há aqui alguma Sr.^a Deputada ou algum Sr. Deputado que diga que a eletricidade e o gás não são bens essenciais. Ninguém o dirá! Portanto, não tem qualquer lógica que estes serviços essenciais não estejam na taxa adequada do IVA, ou seja, na taxa mínima.

O que aconteceu foi que, pela mão desta maioria, a eletricidade e o gás passaram a estar sujeitos a mais 17 pontos percentuais, o que teve um reflexo muito grande no aumento do custo desses serviços. Isso representa um grande prejuízo para as famílias, porque hoje as pessoas estão, na sua generalidade, com mais baixos salários, com mais baixas pensões, muitas e muitas a cair permanentemente no desemprego, com graves dificuldades financeiras a nível familiar. Isso é, pois, mais uma «acha para a fogueira» nessas dificuldades. Há famílias — já aqui foi referido — que não têm hoje capacidade para pagar estes bens essenciais e que têm de fazer a opção entre comer ou pagar a luz e o gás, optando por comer. Isto é uma coisa absolutamente dramática.

Este reflexo negativo fez-se sentir também nas empresas. As empresas portuguesas são, ao nível da União Europeia, das que pagam a energia a preços mais elevados, o que tem repercussões muito elevadas na competitividade, que os senhores andam permanentemente a apregoar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, poderá haver quem diga que, para Os Verdes, este aumento da eletricidade até deveria ser muito bom — aliás, está ali o Sr. Deputado do PSD a acenar que «sim», com a cabeça —, que este aumento da eletricidade levaria inclusivamente as pessoas a pouparem e que, então, esta medida estaria a contribuir para o nosso grande objetivo da poupança energética. Não, não! Nada disso!

O ambiente não se ganha à custa da pobreza e da degradação de vida das pessoas! Nem se ganha à custa de as pessoas terem de prescindir obrigatoriamente de bens essenciais à sua vida. Não é assim que se ganha ambiente. Nesta matéria, como noutras, ganha-se com uma forte consciencialização da população para a necessidade da eficiência energética e também com medidas governamentais, designadamente na área da fiscalidade, que levem ao incentivo a bons comportamentos, nomeadamente de poupança e de eficiência energética.

E tenho de lembrar que este Governo acabou com os benefícios fiscais a despesas que visavam, justamente, eficiência e eficácia energética, com a compra e aquisição de equipamentos para energias renováveis.

Portanto, é bom esclarecer também, para que não haja ilusões quanto à medida que o Governo tomou, que não há aqui nenhum objetivo ambiental.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada, queira concluir.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino, Sr.^a Presidente, dizendo que é da mais elementar justiça que quem está com a plena convicção daquela que é a realidade não poderá votar contra este projeto de lei que Os Verdes aqui apresentam.

Quem insistir em criar dramas sociais e económicos no País, obviamente fechará os olhos à necessidade de aprovação deste projeto de lei.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há quase dois anos que o Governo PSD/CDS vem impondo aos portugueses uma política destrutiva para o País: a política da troica. Com o pretexto da consolidação das contas públicas, da diminuição do défice orçamental e da redução da dívida pública, o Governo está a pôr em prática um verdadeiro programa de confisco de rendimentos e direitos dos portugueses, através da redução de salários e de pensões, da redução ou mesmo eliminação de prestações sociais e da destruição das funções sociais do Estado. Esta é uma política de submissão aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, garantindo-lhes avultados lucros e rendas, enquanto o País e a esmagadora maioria dos portugueses empobrece de forma acelerada.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Entre as muitas medidas do Memorando da troica — verdadeiro pacto de agressão contra Portugal e os portugueses — conta-se o aumento da taxa do IVA na eletricidade e no gás, prevista para 2012, mas que o Governo, diligentemente, resolveu antecipar para o último trimestre de 2011. De uma penada, os custos destes bens essenciais — eletricidade e gás — aumentaram cerca de 16%. Como se não bastasse, a este aumento de preços somaram-se aqueles que resultam da liberalização do mercado de energia e da progressiva extinção das tarifas reguladas. Em termos gerais, a eletricidade e o gás natural aumentaram cerca de 25%, desde 2011 até ao início de 2013.

As consequências destes brutais aumentos de bens essenciais foram — e continuam a ser — dramáticas, contribuindo para o aumento da degradação das condições de vida das famílias portuguesas. Muitas famílias deixaram de conseguir pagar as suas faturas mensais de eletricidade e de gás, assistindo impotentes ao corte de fornecimento por parte de empresas que registam centenas de milhões de euros de lucros anuais. As micro, pequenas e médias empresas foram afetadas muito negativamente na sua estrutura de custos e competitividade, tendo de suportar preços de eletricidade e gás significativamente superiores aos preços médios praticados na generalidade dos países da União Europeia.

É neste quadro que os representantes da troica, em Portugal, vêm publicamente manifestar agora a sua preocupação com o facto de os preços da eletricidade e do gás natural não terem sofrido uma contração durante 2012. Estas são declarações profundamente hipócritas, já que a troica sabe perfeitamente que da liberalização do mercado de energia, decidida pelo Governo PS/Sócrates e implementada pelo atual Governo PSD/CDS, só seria de esperar aumentos de preços, tal como ocorreu noutros mercados recentemente liberalizados, como, por exemplo, o dos combustíveis.

Estes aumentos de preços ocorrem com a total complacência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), uma entidade dita independente, mas que, na realidade, está ao serviço dos grandes interesses económicos do setor energético.

Urge aliviar as famílias e as pequenas empresas deste fardo imposto pelo Governo e pela troica.

O PCP, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2013, já havia apresentado uma proposta que, infelizmente, foi rejeitada pela maioria parlamentar, visando reduzir a taxa do IVA da eletricidade e do gás natural de 23% para 6%. Hoje, voltamos a apresentar esta proposta, a qual, se for aprovada, reduzirá, de forma muito significativa, os encargos energéticos das famílias e das pequenas empresas, aliviando-as do rolo compressor da política da troica.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Hortense Martins.

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A decisão do Governo de aumentar o IVA de 6% para 23% foi a de «ir para além da troica» e representou mais um sacrifício inadmissível para os portugueses, numa opção da exclusiva responsabilidade deste Executivo. Não é possível que venham refugiar-se no Memorando da troica, porque isso não corresponde à verdade — basta ler o que lá estava escrito quando foi assinado em maio de 2011. O Governo assumiu ainda a antecipação desta medida penalizadora para 2011.

O PS desde sempre se opôs — inclusive, apresentámos uma iniciativa na Assembleia da República, que a maioria chumbou — a esta antecipação e a esta medida excessivamente penalizadora. Até a própria troica o reconheceu — imagine-se! — quando se deu conta de que, afinal, a descida dos preços da energia, da eletricidade e do gás não estavam a ter uma repercussão positiva.

Lembro que, no contexto europeu, Portugal tinha, quanto ao gás natural, a segunda taxa de IVA mais baixa da Europa e que agora tem o quinto lugar mais alto. Portanto, somos quase campeões. Os senhores, aliás, têm a virtude de, em questões fiscais, optarem sempre pelas taxas máximas para fazerem boas figuras — veja-se o IVA da restauração. Portanto, escolhem a taxa máxima e aí vamos nós, porque assim é que vamos bem, mesmo que isso resulte em receitas mais baixas e que o vosso objetivo não seja cumprido...

Lembro ainda, no que diz respeito à eletricidade no setor doméstico, o IVA, em Portugal, era o terceiro mais baixo, agora é o quinto mais alto.

Hoje temos uma situação muito mais grave para as famílias e para as empresas, continuando o custo da energia a aumentar.

Em relação às empresas, lembro que, apesar do decréscimo da atividade, que nalguns setores foi da ordem dos 40%, de haver um mercado que se encontra liberalizado — na nossa opinião, ainda insuficientemente, pois a concorrência ainda não está a funcionar e, portanto, há que tomar medidas nesse sentido — e de as empresas já terem podido negociar os preços, os preços continuam a aumentar.

As famílias veem-se confrontadas com graves problemas devidos ao forte empobrecimento provocado pelas medidas excessivas que os senhores impuseram.

Ainda há poucos dias apresentámos um projeto de resolução relativo às tarifas sociais, que os senhores também chumbaram, porque acham que está tudo bem. Posso referir os números: segundo a estimativa, 150 000 pessoas poderiam auferir desta tarifa no gás, mas ela só chega a 5000 pessoas! Portanto, os senhores resolvem, obstinadamente, chumbar todas as iniciativas da oposição.

O nosso projeto de resolução pretende, pois, implementar a taxa intermédia do IVA e a harmonização fiscal para o gás butano.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Com a apresentação destes projetos de lei, mais uma vez os grupos parlamentares da oposição demonstram que esquecem o histórico, ignoram o presente e não se preocupam em pôr em causa o futuro.

Esquecem o histórico da obrigação que o Governo tinha, no âmbito do Memorando de Entendimento assinado pelo Partido Socialista, como Governo e em nome do País, de aumentar em pelo menos 410 milhões de euros as receitas do IVA, através da alteração da taxa de IVA aplicável a algumas categorias de bens e serviços, passando da taxa reduzida ou intermédia para a taxa normal.

Porém, esse imperativo não fez o Governo esquecer as populações com rendimentos mais baixos. Como consequência dessa preocupação de cariz social, o Governo implementou o apoio extraordinário ao consumidor de energia e a tarifa social ao fornecimento de gás natural, aplicáveis a consumidores que se encontrem numa situação de carência socioeconómica.

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Já tinha sido criada pelo PS!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Estas medidas permitem que, hoje, mais de 700 000 famílias usufruam desses benefícios, benefícios esses que os autores destas iniciativas se esqueceram de realçar.

Como fundamento da apresentação destes projetos de lei, evoca-se que o aumento do IVA aumentou os custos energéticos para as empresas. Mas, Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, para a esmagadora maioria das empresas o IVA não é custo.

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Não é para todos, então!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Srs. Deputados, não tentem dissimular a realidade.

Compreendemos que é uma necessidade de sobrevivência ideológica para alguns grupos parlamentares a apresentação sistemática de iniciativas parlamentares populistas e, nessa vertente, a baixa de impostos ou o aumento de benefícios são sempre matérias facilmente vendáveis mediaticamente. Pena é que os mesmos grupos parlamentares não digam como é possível financiar todas essas ilusões, que tentam fazer acreditar aos portugueses que podem existir.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Já disseram!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — No atual momento que o nosso País atravessa, o esforço estoico que os portugueses estão a efetuar para recuperarem a solvabilidade financeira do País e, consequentemente, a sua credibilidade internacional, merece e exige a responsabilidade não só do Governo mas de todos os grupos parlamentares presentes neste Parlamento, sem exceção. Da parte do Governo e dos grupos parlamentares que o apoiam, é bem evidente a existência desse sentido de responsabilidade; da parte dos grupos parlamentares da oposição, nem por isso! Esses grupos parlamentares, em vez de estarem ao lado dos portugueses nesta batalha pela independência financeira do País, preferem, com as suas propostas, pôr em causa o futuro e adotarem um comportamento permanente de arautos do populismo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Analisamos hoje vários diplomas, projetos de lei e um projeto de resolução. Diria que no caso dos projetos de lei se trata de uma versão um pouco mais radical e que no caso do projeto de resolução se trata de uma versão um pouco mais mitigada.

Creio que será óbvio para todos os Srs. Deputados que estamos perante projetos simpáticos, populares. E diria mais: num mundo ideal e virtual, todos gostaríamos de estar em situação de poder aceitá-los.

Mas, infelizmente, o mundo em que vivemos não é um mundo ideal, nem é, tão-pouco, um mundo virtual; é um mundo bem real, em que as coisas não são a «preto e branco».

Portanto, vale a pena lembrarmos aqui alguns factos.

Primeiro facto muito relevante: quando se decidiu aplicar esta taxa, que, deva dizer-se, é a taxa normal, não é a taxa máxima,...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PSD). — É a taxa máxima!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... foram também criados apoios sociais de monta e que não existiam, sejam eles o alargamento da tarifa social ao gás, seja ele um apoio social extraordinário ao consumidor de energia. Isto significa que as famílias que menos têm, as famílias mais carenciadas passaram a ter um apoio de que não beneficiavam — estamos a falar de 700 000 famílias. Isto não é despendendo, é uma opção preferencial por aqueles que menos têm que revela a existência de uma ética social na austeridade por parte deste Governo.

Segundo facto muito relevante: quando falamos de competitividade das empresas podemos discutir o impacto de tesouraria, que tem a ver com o facto de a generalidade das empresas pagarem o IVA no momento e de o deduzirem em momento posterior. Mas, Srs. Deputados, custos são coisas completamente diferentes. Para a generalidade das empresas, não estamos a falar de custos, quando muito poderíamos estar a falar de um problema de tesouraria. Portanto, a questão da competitividade não se aplica neste contexto.

Por último, e muito importante, já não vou falar de antecipação. O PS diz que não havia necessidade de ter antecipado. Srs. Deputados, talvez não houvesse era necessidade de terem deixado o desvio da dimensão que deixaram na execução orçamental em 2011!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já não digo que a execução orçamental fosse rigorosa, mas se fosse talvez um bocadinho menos atabalhoada talvez este sacrifício das famílias portuguesas não tivesse sido necessário.

Por último, Srs. Deputados, todos nós gostaríamos de propor variadíssimas medidas que implicam e implicarão sempre aumento de despesa e todos nós gostaríamos de poder baixar impostos, o que implica menos receita. Mas essas medidas têm consequências, e é preciso perceber que aquilo que estamos a viver

hoje é consequência de uma política extraordinariamente errada, seguida ao longo de muito tempo, de aumentar sistematicamente a despesa do Estado e de não fazer uma consolidação orçamental.

Aplausos do CDS-PP.

O que vivemos hoje é consequência disso mesmo. Portanto, se aquilo que queremos deixar aos nossos filhos é diferente, convém mudarmos de políticas, e é isso que estamos a fazer.

Tal implica sacrifícios, Srs. Deputados? Com certeza que sim, implica muitos sacrifícios.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Para os grupos económicos nunca há sacrifícios, só benesses!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostaria de perguntar aos Deputados do Partido Socialista — é uma pergunta que me parece fazer bastante sentido —, que apresentam um diploma com uma versão mais mitigada, para não dizer mesmo envergonhada (e não vou perguntar sobre a execução orçamental, porque já todos percebemos o que pensam), porque é que propõem a taxa intermédia e não a taxa mínima, como fazem os diplomas do PCP, do Bloco de Esquerda e de Os Verdes. Os Srs. Deputados, em abstrato, são a favor de todas as medidas de redução da despesa, mas, de repente, em concreto, não me lembro de nenhuma em relação à qual sejam, de facto, a favor. São sempre a favor em teoria, mas, depois, na prática, negam tudo. Em teoria, podem ser a favor de alguns aumentos de impostos, mas, depois, na prática, são sempre contra todos.

Peço, pois, aos Srs. Deputados do Partido Socialista, que negociaram o Memorando e que previram receitas pela alteração da tabela de taxas do IVA da ordem das centenas de milhares de euros, já que nunca foram capazes de referir um produto concreto que mudassem na tabela de taxas, que deem, pelo menos, um exemplo de uma medida concreta, para não estarmos sempre a debater matérias em que o PS é sempre a favor do Memorando em abstrato, sendo depois, em concreto, sempre contra. Ou seja, na teoria é sempre a favor, mas, depois, na aplicação é sempre contra.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para uma nova intervenção, a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada: Creio que no Plenário da Assembleia há já um relativo cansaço em relação à estratégia utilizada na argumentação da maioria.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

É apresentada pelas bancadas da maioria a ideia de que houve um Memorando assinado pelo Partido Socialista — partido que foi julgado nas eleições de 2001 — relativamente ao qual os Srs. Deputados não têm culpa alguma. Mas os senhores estiveram nessa negociação, e depois de assinado o Memorando fizeram uma campanha eleitoral, em que, em torno desse Memorando, o CDS disse que ia exigir o visto familiar para cada uma das medidas.

Ora, se no âmbito das empresas a questão do IVA na eletricidade não é assim tão importante, em relação às famílias o aumento de IVA foi de 17%. Não foi de 2%, não foi de 3%, não foi de 5%, foi de 17%! E isto tem um impacto imenso!

Mais do que isso, os senhores disseram que estariam contra um saco fiscal a atribuir às famílias e aos contribuintes.

E o que é disse o Dr. Pedro Passos Coelho em campanha? Disse que os portugueses não aguentavam mais impostos — e já havia Memorando de Entendimento!

Mas há uma segunda estratégia da parte da maioria, que é a de olhar para a esquerda e dizer que não há nenhuma proposta política. Vou, pois, pedir ao Sr. Deputado Virgílio Macedo e à Sr.^a Deputada Cecília Meireles que peguem numa caneta e num papel e escrevam cuidadosamente, para não termos de voltar a falar disto: «Cortar na dívida e nos juros». Não ponham portugueses a viver à luz da vela, a pagar um IVA de

eletricidade como se fosse um bem de luxo, porque é necessário pagar a credores institucionais. Cortem na dívida e nos juros! Espero que esta conversa esteja terminada de uma vez por todas.

Há uma coisa que os portugueses não compreendem: não compreendem que os senhores, nesta Câmara, estejam dispostos a dizer tudo, menos a responder a todas as famílias, para quem a conta do gás e a conta da eletricidade é hoje um problema, pois a cada mês não sobra salário para pagar esta conta.

Srs. Deputados, temos famílias a viver às escuras. É a estas famílias que os senhores têm de responder, e não aos credores internacionais.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, propusemos hoje aqui a redução do IVA na eletricidade e no gás natural para 6%. Mas o aumento da taxa do IVA é apenas um dos fatores responsáveis pelo aumento dos preços destes bens essenciais; o outro fator é o da liberalização do mercado de energia.

Anteontem, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) apresentou um relatório que revela, claramente, um aumento das tarifas de eletricidade desde o início do processo de transição para o mercado liberalizado, em junho de 2012.

Este aumento não nos surpreende, pois há muitos anos que vimos denunciando que a liberalização dos mercados em setores com características próximas de monopólios naturais resulta sempre num aumento dos preços para os consumidores.

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Esta é uma questão que tem de ser devidamente analisada e escrutinada na Assembleia da República, razão pela qual o PCP apresentou um requerimento para que o Presidente da ERSE, a DECO e o Secretário de Estado da Energia sejam ouvidos na Comissão de Economia e Obras Públicas.

Esperamos, pois, que a maioria parlamentar não crie entraves a estas audições e possibilite à Assembleia da República uma análise criteriosa das consequências da liberalização dos mercados de energia.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Hortense Martins.

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Sr.^a Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado do PSD que não aceito o seu epíteto de populista. Não aceito! O Partido Socialista sempre teve aqui, neste Parlamento — e no Governo, diga-se —, uma atitude responsável.

Pergunto: qual é a política de energia deste Governo? Não se conhece! Olhe para este gráfico, que é a cores, Sr.^a Deputada Cecília Meireles, e este gráfico resulta de uma notícia que diz que o País está a ser abastecido há mais de seis dias, desde o dia 27, através das energias renováveis — eólica e hídrica...

Aplausos do PS.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — E quanto é que isso custa? Isso é que custa caro!

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — ... — e isso resulta da política do Governo anterior, de José Sócrates! Tal significa diminuir a nossa dependência dos combustíveis fósseis, que é o único caminho para diminuirmos os custos.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Só aumenta os custos!

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Por outro lado, queria dizer que a vossa posição, infelizmente, é a de estarem cegos perante as propostas da oposição. Acaso descobriram petróleo em Portugal? É essa a vossa política alternativa?

Srs. Deputados, sejam sérios e, de uma vez por todas, pensem que os partidos da oposição também aqui estão para apresentar propostas de forma responsável, para as quais os senhores deviam olhar com maior atenção.

Por último, queria acrescentar que o projeto de resolução do PS também refere algo que não é de menor importância e que tem a ver com a harmonização no gás butano vendido a retalho. A nossa proposta é no sentido de que o Governo fixe uma taxa única de IVA para o gás natural e engarrafado — e é sobretudo no interior que se verifica esta divergência, que penaliza as populações, por isso apelamos à vossa consciência para votarem favoravelmente o nosso projeto de resolução.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, terminada a discussão, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 352/XII (2.ª), 381/XII (2.ª) e 386/XII (2.ª), conjuntamente com o projeto de resolução n.º 666/XII (2.ª), vamos passar ao quarto e último ponto da ordem dia de hoje, que consiste na discussão do projeto de lei n.º 376/XII (2.ª) — Estabelece o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados de 1 de Janeiro, 25 de Abril, 1 de Maio e 25 de Dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96, de 20 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro (Os Verdes).

Para apresentar o diploma, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois do que se passou no ano passado, no dia 1 de maio, com a cadeia de supermercados Pingo Doce — todos estamos lembrados, não vale a pena estar a relembrar a afronta feita por aquele grupo económico e a falta de vergonha pelo que se passou —, Os Verdes anunciaram, na altura, que iriam apresentar um projeto para que estas cadeias, designadamente estas superfícies comerciais, não abrissem no dia 1 de maio.

Ora, Sr.^{as} e Srs. Deputados, decretar um feriado é reconhecer a grande importância de um determinado dia para a sociedade. É por isso que aos feriados, por norma, são associados festejos coletivos que assinalam os acontecimentos que nesse dia se pretendem enaltecer ou fazer perdurar, não apenas em memória mas também em vivência coletiva.

Nesses dias não é, portanto, aceitável que não se promovam as condições necessárias aos cidadãos para participarem em invocações ou celebrações do dia feriado da forma que entenderem.

O certo é que o modelo economicista e verdadeiramente alucinante que se tem vindo a impor à sociedade, conjugado com a alteração da legislação laboral, que tem como consequência, entre outras, a desregulação de horários e de dias de trabalho, leva a que, em certos setores de atividade, como o do comércio, já não se consigam distinguir os dias úteis dos fins de semana ou dos dias feriados, na medida em que, designadamente, as grandes superfícies comerciais assumem um horário de funcionamento bastante alargado e não respeitador de dias de descanso.

É uma prática desrespeitadora dos direitos dos trabalhadores por não lhes promover os devidos dias de descanso e a compatibilização desses dias com os dias normais de descanso, impedindo, muitas vezes, o encontro familiar. Para além disso, é uma prática penalizadora do pequeno comércio que não assume condições para um funcionamento quase permanente, criando-se, portanto, condições de concorrência bastante diferenciadas.

De resto, justamente para proteger o pequeno comércio, Os Verdes já apresentaram, nesta Legislatura, uma iniciativa que limitava os horários das grandes superfícies comerciais, estipulando o seu encerramento aos domingos e feriados, mas, infelizmente, o PSD, o CDS e o PS votaram contra esta iniciativa de Os Verdes.

Todavia, o presente projeto de lei de Os Verdes tem um objetivo diferenciado daquele outro que já tínhamos apresentado, pois destina-se agora — e apenas — a quatro feriados, com a consciência da

importância que as pessoas assumem no assinalar desses feriados e, igualmente, a importância que eles assumem para as pessoas.

Assim, o que os Verdes propõem é que, nos feriados de 1 de Janeiro, 25 de Abril, 1 de Maio e 25 de Dezembro, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços encerrem.

Consideram Os Verdes que é justo e devido dar condições aos trabalhadores portugueses para poderem integrar as suas celebrações e festejos e, dessa forma, deve estipular-se o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços nestes dias referidos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar.

A Sr.^a **Cláudia Monteiro de Aguiar** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projeto de lei que hoje aqui debatemos sobre o encerramento de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados nacionais merece, desde logo, a nossa discordância.

Justificar que a desregulação dos horários e dias de trabalho, nomeadamente no sector do comércio, e em específico nas grandes superfícies comerciais, induz a uma falta de respeito para com os trabalhadores é, além de uma visão redutora, uma justificação demagógica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Monteiro de Aguiar** (PSD): — Deputada, sejamos claros na análise e honestos nas propostas que queremos efetivamente ver debatidas. E ser honesto na análise é precisamente reconhecer que a regulação e as regras laborais, nomeadamente no que concerne à duração de trabalho, já se encontram plasmadas na lei.

Importa, neste sentido, clarificar que tanto a duração do horário de trabalho como o período de descanso dos trabalhadores estão salvaguardados, quer nos contratos de trabalho individuais quer nos contratos de trabalho coletivos, independentemente do horário praticado pelos estabelecimentos comerciais.

Para o PSD, nunca a abertura dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados põe em causa o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores; o que, de facto, acontece é que a prestação de serviços nas referidas datas pretende, sobretudo, dar resposta às necessidades dos consumidores.

A lei em vigor, sejamos sérios, traz benefícios para os consumidores ao nível da conveniência dos horários, diversidade na oferta e até no que diz respeito à competitividade de preços.

O PSD não é alheio às dificuldades sentidas pelo comércio tradicional, as mesmas que são sentidas, atualmente, pela generalidade do comércio e distribuição, consequência, claro está, do quadro económico em que Portugal se encontra. Mas não nos parece, de todo, que a aplicação de um protecionismo do horário de funcionamento, tal qual nos apresentam Os Verdes, seja a solução.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Monteiro de Aguiar** (PSD): — Aliás, contrariamente ao que defendem Os Verdes, a abertura dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos referidos feriados só traz mais vantagens, dada a existência de uma maior disponibilidade e apetência por parte dos consumidores para visitarem o comércio e, dessa forma, contribuir para uma maior receita nesses mesmos dias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os tempos mudaram e, precisamente, por isso é urgente que nos adaptemos ao presente e, neste caso em concreto, é importante ir ao encontro das necessidades dos consumidores, reafirmo, proporcionando-lhes uma oferta mais diversificada em termos de tempo, preços e comodidade.

É oportuno acrescentar que, as recentes alterações ao Código de Trabalho, que eliminaram quatro dos feriados nacionais, têm por objetivo o aumento da produtividade e, consequentemente, um contributo para a economia nacional.

Assim sendo, não faz sentido apoiar o presente projeto de lei, que não só não vai ao encontro desse mesmo objetivo como não tem qualquer impacto positivo na criação de emprego.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projeto de lei que hoje nos é apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes», embora com a diferença que foi bem explicitada, no essencial, é muito semelhante ao que debatemos há cerca de um ano.

Também pelo que já vimos do debate, as posições políticas dos diferentes partidos não se alteraram e a do Partido Socialista também não se alterou — nós defendemos a estabilidade legislativa nesta área. Mas é sempre bom revisitarmos o tema e o que foi debatido há um ano, porque o que foi dito há um ano está bem presente e ajustado aos dias de hoje.

Há um ano dizíamos que o tema era relevante (e continua a ser), porque todos os temas económicos deviam estar na agenda política do Parlamento e da sociedade e estavam na agenda política e no centro da ação política do Partido Socialista; há um ano já dizíamos, a propósito deste mesmo tema, que tínhamos uma dicotomia entre as finanças e a economia, tendo o Governo de Portugal sido dominado pela vertente financeira, que acrescentava austeridade à austeridade, e que não tínhamos tido uma política de crescimento económico, de desenvolvimento e de promoção do emprego.

Este diagnóstico feito há um ano não mudou. Antes pelo contrário, as condições da economia portuguesa, de destruição de vários setores, de destruição do pequeno comércio agravaram-se.

Também por isso, há um ano fizemos referência a várias medidas que o Partido Socialista tinha vindo a apresentar. Seria fastidioso voltar a referi-las agora, pois, ainda ontem, tivemos um debate em que muitas e muitas propostas do Partido Socialista foram, mais uma vez, recordadas e apresentadas, masque, mais uma vez, a maioria insiste em ignorar.

Defendemos sempre, e temo-lo defendido desde há ano e meio, que a economia devia estar no centro das preocupações, que o crescimento económico, o desenvolvimento e o fomento do emprego deviam estar acima da paixão pela austeridade, da austeridade pela austeridade, que tem agravado a recessão. Também por essa razão as políticas de proximidade têm um papel importante e fundamental, porque as autarquias também devem ter política económica. É por isso que, nesta matéria, não mudámos de ideias: consideramos que as autarquias devem continuar a ter o papel que têm tido.

A legislação em vigor acrescenta um quadro de deliberação descentralizada que atende à vivência em comunidade no âmbito da qual as autarquias podem adotar os horários e adaptá-los de acordo com os hábitos de consumo da sua comunidade, tendo em atenção os direitos e os hábitos dos consumidores. Entendemos que as autarquias — e não mudámos de opinião, porque defendemos essa estabilidade legislativa — não devem ser substituídas, neste domínio, assim como noutros, por organismos da administração central.

Há um ano, e para terminar, Sr.^a Presidente, já dizíamos que o pequeno comércio tinha muitos problemas, mas não é este projeto de lei e esta medida que permiti resolvê-los; dizíamos também que o Ministério da Economia andava mal, porque precisava de ter outra política ao nível da concorrência, ao nível da regulação, ao nível de apoios e estímulos à sua reconversão e à sua modernização; e defendíamos, ainda, que os centros das cidades precisavam de ser revitalizados com impacto no comércio e, também por isso, temos defendido um programa de reabilitação urbana, de aproveitamento dos fundos comunitários e de eficiência energética.

Passou um ano e, se o Ministério da Economia andava mal, continuou mal e nada foi feito. Agravou-se o problema com a recessão, agravou-se o problema com a lei do arrendamento (com grandes impactos), aumentaram as falências, os encerramentos e o desemprego.

O Sr. Secretário de Estado Almeida Henriques dizia esta semana, num seminário muito interessante da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, que, antes de sair — porque ele está de saída —, ainda queria ver se fazia qualquer coisinha, porque esta área já passou por dois ou três secretários de Estado.

Perdemos muito tempo, um tempo em que nada foi feito...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — ... e que não se recupera.

Em suma: já está de saída o Sr. Secretário de Estado, já está de saída o Sr. Ministro Miguel Relvas e já é tempo de sair todo o Governo.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por saudar o Grupo Parlamentar Ecologista «Os Verdes» pelo projeto que apresenta hoje, pois creio que ele responde a uma situação que se agrava crescentemente, de ano para ano, na sociedade portuguesa sobre a questão do usufruto de datas simbólicas para uma comunidade política.

É isso que os feriados são. São momentos fundamentais, constituintes da nossa identidade partilhada e que, nesse sentido, são assinalados por esta ideia de que neste momento, nestes dias e nestas datas, todos os cidadãos, todos os habitantes têm a disponibilidade para fazer a celebração dessa data específica, do momento que nessa altura é celebrado, seja o Natal, o Ano Novo, o momento revolucionário que instituiu o nosso regime democrático ou o Dia do Trabalhador, mas também o momento em que muitos concidadãos aproveitam para partilhar com a sua família um momento de lazer e de um outro tipo de vivência ou usufruto cultural.

Creio que é neste aspeto de cidadania, de celebração comunitária que estes feriados têm de ser respeitados. E as regras que aqui são definidas e apresentadas por Os Verdes parecem-nos um bom caminho exatamente porque estabelecem esta ideia de pertença de todos os trabalhadores à comunidade no momento em que se celebra. Este é o respeito por todos aqueles que, em todos os outros dias, trabalham e contribuem para a riqueza comum e para a construção da nossa sociedade.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Há, depois, um outro aspeto, o do efeito económico de uma medida deste tipo que faz a proteção do pequeno comércio, do comércio de proximidade, que é fundamental no perfil económico que temos na sociedade portuguesa.

Portanto, este projeto é bom nos dois sentidos, pelos dois caminhos que aqui vai enumerando.

Em relação às reações dos partidos que até agora intervieram, começo pelo Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, que disse tanta coisa que me levou a pensar que o Partido Socialista, sobre esta matéria, diz «não» mas «também» — e é pena! É pena porque, neste momento, poderia ter ido um pouco mais além e ter assumido a defesa de datas — e não se trata de um conjunto muito alargado de feriados — que são absolutamente estruturantes na celebração da identidade da nossa comunidade política.

Também fiquei a saber algo de novo sobre a Sr.^a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar, que diz que o estabelecimento de impedimentos ao trabalho e à abertura de estabelecimentos nesta altura é totalmente inusitada e inexplicável. Portanto, esta ideia de que há momentos e datas relativamente às quais os trabalhadores não devem ser obrigados a cumprir serviços e a trabalhar, não faz sentido para a Sr.^a Deputada. Assim, fiquei a saber que a Sr.^a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar estará disponível para trabalhar, na Assembleia da República ou noutro sítio qualquer, no dia de Natal, no dia de Ano Novo, no 25 de Abril e no 1.º de Maio.

Protestos da Deputada do PSD Cláudia Monteiro de Aguiar.

Então, é isso... Então, para si, esses feriados vão valer, para os outros trabalhadores, trabalhadores das grandes superfícies, dos hipermercados, que já têm contratos precários num contexto de desemprego, a senhora entende que não devem existir regras. Para si haverá regras, para os outros é que não!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Rêgo.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente. Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer à Sr.^a Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia o facto de ter trazido novamente esta matéria a Plenário, embora com diferentes roupagens.

Começo logo por esclarecer um equívoco que parece que lavra neste Plenário, que é o de que esta medida não se destina ao encerramento das grandes superfícies. Não! Na iniciativa refere-se «os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo os localizados em centros comerciais». Ou seja, é para tudo — o tal pequeno comércio, que os senhores dizem que esta medida ia proteger, também encerra.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Já encerra! Já encerra!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Encerra porque quer.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Seja sério!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, agradeço-lhe ter trazido este tema porque permite, mais uma vez, clarificar as águas, esclarecer posições e mostrar onde é que estamos.

No momento que o País atravessa, em que a economia está mal, em que sabemos que é nesses dias precisamente que o pequeno comércio, o comércio a retalho, esteja dentro ou fora das grandes superfícies, mais fatura, porque a população, beneficiando do feriado, os milhões de portugueses que não trabalham na área do comércio e que, nesse dia, têm uma efetiva folga, aproveitam para passear e gastar um pouco mais. Ora, é nesses dias especiais que os senhores querem encerrar e comprometer até a viabilidade de muitos estabelecimentos e de milhares de postos de trabalho!?

Em zonas, por exemplo, como o Algarve, o cumprimento desta iniciativa conduziria, eventualmente, ao encerramento, à ruína e à perda de postos de trabalhos de centenas de estabelecimentos.

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — E, tal como o Algarve, há outras zonas no País.

Outra questão que agradeço que clarifiquem é a forma como, com esta iniciativa, defendem os direitos dos trabalhadores, porque esta é uma matéria que está regulada na lei do trabalho, nomeadamente estabelecendo que os trabalhadores que trabalhem nestes dias têm direito a remuneração acrescida — e muitos trabalhadores, face às dificuldades que atravessam, aproveitam para, precisamente nesses dias, terem um extra de remuneração.

Protestos do BE.

Mas os senhores vêm dizer: «Encerrem, fechem, está proibido! Mesmo que queiram trabalhar e ganhar mais, estão proibidos porque nós não permitimos».

Em segundo lugar, esta iniciativa mostra o respeito que têm pela autonomia local, pelas autarquias, pelo poder local... É que, como sabem, esta matéria da abertura das grandes superfícies nestes dias, aos domingos e aos feriados, é regulada pelas próprias autarquias, pelas câmaras, não é regulada por lei do Estado! Mas os senhores querem que o Estado imponha às autarquias como gerir o território e como decidir, dentro do seu território, qual a melhor altura para abrir e fechar.

Protestos do Deputado do PCP Jorge Machado.

O Sr. Deputado Jorge Machado está todo entusiasmado!

Deixava aqui esta sugestão: apanhemos todos o cacilheiro para a margem sul, vamos visitar as autarquias da CDU e ver nos regulamentos municipais quais são as grandes superfícies que estão encerradas nesses dias. Vamos lá ver isso!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Por outro lado, os senhores «enchem a boca» para falar dos direitos dos trabalhadores, que tanto respeitam, e querem, por via administrativa, impor uma limitação àquele que deve ser o primeiro direito de qualquer trabalhador: o direito ao trabalho. Isto é, o direito de o trabalhador, quando quer trabalhar, poder trabalhar!

Já basta aqueles que hoje, infelizmente, na situação em que o País se encontra — e são muitos — que, querendo trabalhar, não podem; agora, aqueles que ainda têm emprego e querem trabalhar serem proibidos de trabalhar porque os senhores administrativamente assim o decidem, é extraordinário!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado Artur Rêgo, já não tem tempo para mais considerandos.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, termino já, deixando um último considerando: gostaria que me explicassem o porquê desta seleção de feriados que as pessoas devem respeitar. É que, tirando o dia de Natal, todos os outros feriados que propõem, que têm de ser respeitados pela sua solenidade, são laicos. Onde está o vosso respeito pelos feriados católicos, uma vez que a maioria dos portugueses é católica? Não têm de descansar também aí?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, realmente, a democracia-cristã do CDS-PP está na «rua da amargura», mas já lá irei!

Queríamos começar por saudar e acompanhar o projeto de lei de Os Verdes, que prevê a proibição de abertura no comércio nos dias 1 de Janeiro, 25 de Abril, 1 de Maio e 25 de Dezembro. Estas não são datas quaisquer, são datas de uma importância vital para a memória coletiva e que merecem o nosso respeito.

O PCP tem, aliás, uma posição de fundo que é mais abrangente — que Os Verdes também acompanharam e propuseram, no passado — e que inclui a proibição da abertura das grandes superfícies aos domingos e feriados nacionais.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Oiça, Sr. Deputado Artur Rêgo! Oiça a resposta à sua pergunta!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E o fundamento desta posição não se prende apenas com razões económicas, de concorrência desleal para com o pequeno comércio, porque o pequeno comércio é obrigado a fechar. Muitas vezes, o patrão é também ele o empregado e, naturalmente, não pode trabalhar nesses dias porque quer, legitimamente, estar com a sua família. O mesmo não acontece nas grandes superfícies cujas vozes agora se ouvem novamente. A nossa proposta fundamenta-se, também, por motivos sociais, isto é, o direito ao descanso, o direito ao lazer e o direito a estar com a família por parte dos trabalhadores — curiosamente, nenhum destes argumentos foi invocado quer pelo PSD quer pelo CDS-PP, que «enchem a boca» relativamente à família, mas, quando chega a hora *h*, ficam-se pelas calendas gregas.

Assim, o projeto de lei de Os Verdes é muito pertinente. Há cada vez mais estabelecimentos a abusar, mais estabelecimentos que abrem nestes dias e é importante pôr um travão nesta realidade.

Queria salientar que os trabalhadores das grandes superfícies sentem muito as dificuldades da articulação da vida pessoal com a vida familiar, e esta é uma realidade que importa denunciar. Estes trabalhadores têm direito a descansar nestes dias, têm direito a celebrar e a comemorar estas datas, como têm direito a estar com as suas famílias.

Parece-me verdadeiramente extraordinária a argumentação do PSD e do CDS-PP.

O PSD e o CDS-PP vêm dizer-nos que os horários de trabalho estão regulamentados no Código do Trabalho — rica novidade! Escusavam de o dizer, porque já todos o sabem.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Não parece!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas o que dizem é que, por mão do PSD e do CDS-PP — também com a ajuda do Partido Socialista —, houve uma profunda desregulamentação dos horários de trabalho, com as adaptabilidades, com os bancos de horas, com tudo, tudo, a desregular a vida dos trabalhadores!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Em 1918, Srs. Deputados, a OIT determinou oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para o lazer, para estar com a família. Ora, os vossos retrocessos vão a essa data, porque impõem horários de trabalho bem superiores a este, num retrocesso verdadeiramente inaceitável.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Mais: dizem que os feriados são regulamentados e que os valores são pagos quando se trabalha nesses dias. Só que a primeira coisa que fizeram — o PSD e do CDS-PP — foi alterar o Código do Trabalho, para reduzir o valor pago nos dias de trabalho em feriado. Portanto, é uma profunda hipocrisia.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Queria, ainda, deixar um alerta: o CDS-PP terá, necessariamente, de rever a sua sigla, já não pode ser o partido da democracia-cristã, uma vez que de cristã pouco tem! Efetivamente, para o CDS está bem trabalhar no primeiro dia do ano, trabalhar no dia 25 de Abril e no dia 1 de Maio, como está bem trabalhar no dia de Natal, o que é verdadeiramente inaceitável e não deixa de ser caricato.

O CDS-PP chegou ao ponto — e o PSD também — de sobrepor os interesses económicos aos supostos valores que enuncia.

Para terminar, no que diz respeito às autarquias, importa lembrar que essa é uma falta de coragem por parte do PS, do PSD e do CDS-PP, pois, em vez de assumirem uma posição clara relativamente a esta matéria e fixarem quando é que podem ou não encerrar estes estabelecimentos, atiram as culpas para as autarquias, colocando-as numa posição delicada que não podem assumir!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Oiça, oiça!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mais: na margem sul, que tanto aqui foi evocada, houve iniciativas de impor o condicionamento da abertura do comércio aos domingos e feriados e as mesmas grandes superfícies interpuseram ações em tribunal, com base na vossa lei, para permitir a abertura ao comércio.

Portanto, tenham mais cuidado quando falam, e não falem assim.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado, Queira fazer o favor de concluir.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Concluo já, Sr.^a Presidente.

Com a anuência de V. Ex.^a, queria ainda dizer que, ao contrário do que aqui foi dito, nesta lei não estão em causa os benefícios para os consumidores, como a Sr.^a Deputada do PSD referiu. O que se ouviu aqui, por parte do PSD, do CDS-PP e do PS, foi a voz dos grandes grupos económicos a falar.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Isto só interessa aos grandes grupos económicos, não interessa a mais ninguém!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Penso que a discussão deste projeto teve alguma utilidade, para que ficassem registadas em Ata da Assembleia da República as intervenções que os diferentes grupos parlamentares aqui fizeram. E falou a Sr.^a Deputada Cláudia Aguiar de demagogia, mas, quando as pessoas lerem a Ata, sentirão bem a origem da demagogia das intervenções que aqui foram feitas.

Não sei se o PS e o CDS combinaram, mas o PSD decidiu orientar a sua intervenção para os direitos dos consumidores e o CDS para os direitos dos trabalhadores.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não falou da família!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora, Sr.^a Deputada Cláudia Aguiar, então, é muito importante que os estabelecimentos comerciais estejam abertos 24 horas por dia, para garantir os direitos dos consumidores?! E pergunto à Sr.^a Deputada: eu, como consumidora, se quiser, tenho direito a consumir depois das 24 horas?! Então, desculpe, Sr.^a Deputada, faça favor de tomar a iniciativa para que os estabelecimentos comerciais estejam abertos 24 horas por dia! É isto que a Sr.^a Deputada quer dizer!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, por que carga de água é que os estabelecimentos comerciais estão encerrados no Dia de Natal?! Porquê?! A Sr.^a Deputada acha isso mal, porque as pessoas, quando recebem as prendas, no dia 24, querem logo, no dia 25, ir fazer a troca de prendas ou levantar os vales, não é, Sr.^a Deputada?! Não querem esperar pelo dia 26?! Esta caricatura serve para quê? Para demonstrar a demagogia da intervenção da Sr.^a Deputada.

Protestos do PSD.

Ouça, Sr.^a Deputada: os consumidores portugueses são mais inteligentes do que a Sr.^a Deputada quer fazer crer.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — E do que a Sr.^a Deputada, também!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Os consumidores portugueses adaptam-se muito bem, como noutros países, aos horários dos estabelecimentos comerciais...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... e, quando sabem que têm de fazer compras até às 19 horas, fazem compras até às 19 horas, e, quando sabem que, aos domingos, os estabelecimentos comerciais estão encerrados, não fazem compras aos domingos.

Sabe o que é que os consumidores portugueses gostavam, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada, queira concluir.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Sabe o que é que os consumidores portugueses gostavam? Gostavam que a Sr.^a Deputada votasse a favor dos projetos que foram discutidos anteriormente e que, por exemplo, baixasse o IVA em muitos dos produtos que os consumidores têm de adquirir. Entende, Sr.^a Deputada?! Crie condições para que os consumidores possam ser consumidores, fundamentalmente em relação aos bens essenciais.

Para terminar, Sr. Deputado Artur Rêgo, relativamente à questão do descanso, é muito importante que os senhores tenham em conta que as pessoas têm vivências familiares e as vivências familiares não se coadunam com a desregulação dos horários das pessoas que integram a família.

O Sr. Deputado diz assim: «Então, os trabalhadores, agora, querem trabalhar mais para ganharem mais aos feriados e aos domingos». Olhe, Sr. Deputado, tenho de o informar de uma coisa que, provavelmente, o Sr. Deputado já sabe: há tantos, tantos trabalhadores no comércio que não ganham nem mais 1 € pelo facto de trabalharem ao domingo e ao feriado!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É verdade!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Deputado, por favor, demagogia, não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Encaremos a realidade tal qual ela é, está bem, Sr. Deputado?! Em relação a estes quatro feriados de que Os Verdes falam, na verdade, verdadinha,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.^a Deputada, já ultrapassou, largamente, o tempo de que dispunha.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... dois deles já têm praticamente instalado o regime que Os Verdes propõem, que são os de 25 de dezembro e 1 de janeiro. Esse regime já está instalado, Sr. Deputado! Nós só queremos alargar esse regime ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio, porque o dia 1 de maio é o Dia do Trabalhador e, quanto ao dia 25 de Abril, não há praticamente nenhuma autarquia, por esse País fora, que não o celebre, mas os trabalhadores não o podem celebrar, porque os põem a trabalhar.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, fica, assim, concluído este debate e o último ponto da nossa ordem de trabalhos.

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, às 10 horas, e estará na ordem do dia o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, sobre economia social, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento da Assembleia da República. Haverá, ainda, votações regimentais no final do debate.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 14 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.